

IVAN CARLOS SERPA

OS ENGENHOS DE LIMEIRA:
História e memória da imigração italiana no Vale do Itajaí-Mirim

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Professor Doutor Sérgio Schmitz.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

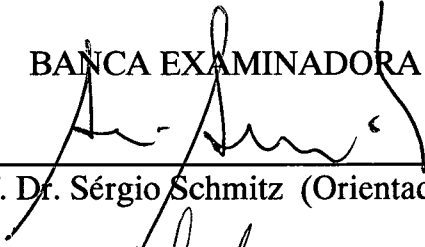
1998

**OS ENGENHOS DE LIMEIRA: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA
IMIGRAÇÃO ITALIANA DO VALE DO ITAJAÍ - MIRIM**

IVAN CARLOS SERPA

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

BAÑCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Sérgio Schmitz (Orientador)




Prof.ª Dr.ª Maria Teresa Santos Cunha



Prof.ª Dr.ª Waleska Fortes de Oliveira (UFSM)

Prof. Dr. João Klug (Suplente)



Maria Bernadete Ramos Flores
Coord. de Programa de Pós-Grad. em História

Florianópolis, agosto de 1998.

RESUMO

Esta dissertação enfoca a história de Limeira, comunidade de descendentes de imigrantes italianos constituída em 1875 na área da então Colônia Brusque, no Vale do Itajaí-Mirim, Santa Catarina, Brasil.

Tendo como fonte histórica principal as memórias dos descendentes, busca-se reconstruir alguns aspectos da história local, desde sua formação, no final do século XIX, até os dias atuais.

A temática central da investigação é a existência de antigos engenhos de farinha de mandioca movidos por rodas d'água, que em Limeira apresentam uma característica peculiar: além de serem meios de produção econômicos, constituem lugares de memória para a população local. Seu estudo revela interessantes aspectos da história local e da Região do Vale do Itajaí-Mirim.

ABSTRACT

This dissertation focus the History of Limeira, a community of Italian immigrants descendents formed in 1875 in the area of the Brusque Colony, in the Itajaí-Mirim Valley, Santa Catarina, Brasil.

Based in the memories of the descendents as a main Historical Source, there is the objective of reforming some aspects of the local history, since its initiation, in the end of the XIX century, until nowadays.

The main subject of the research is the existence of old mills of manioc meal moved by water wheels, which have a particular characteristic in Limeira: besides being economical production means, they are part of the memory of the local population. This research reveals interesting aspects of the local history and the region of Itajaí-Mirim Valley.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. PAÍS DA COCANHA.....	13
1.1. Que país é este?	17
1.2. As linhas coloniais.....	20
1.3. Limeira antes da imigração italiana.....	22
1.4. A Linha Colonial Limeira.....	26
1.5. Limeira hoje.....	29
1.5.1. Limeira Baixa.....	30
1.5.2. Limeira Alta.....	30
1.6. Por que Limeira Alta?	33
2. A FARINHA DE MANDIOCA E SEUS ENGENHOS.....	38
2.1. O engenho de cangalha.....	42
2.2. Presença dos engenhos de farinha de mandioca nas áreas de colonização italiana em Santa Catarina.....	44
3. OS ENGENHOS DE LIMEIRA.....	59
4. O ENGENHO DOS BERTOLINI.....	61
5. ORIGEM DA TECNOLOGIA DOS ENGENHOS DE AZENHA DE LIMEIRA.....	71
6. IMPORTÂNCIA DOS ENGENHOS NO DESENVOLVIMENTO DA COLÔNIA BRUSQUE NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XIX.....	74
6.1. Construção dos primeiros engenhos.....	80
6.2. Engenho e venda.....	82
6.3. Engenho e manufatura.....	95
7. A DÉCADA DE 30: PROLIFERAÇÃO DOS ENGENHOS DE FARINHA DE MANDIOCA EM LIMEIRA.....	103
7.1. O engenho de Dalério Caviquiolli.....	106
8. A DÉCADA DE 40: AUGES DA PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA DE LIMEIRA.....	113
8.1. O engenho Dallago-Benvenuto.....	115

9. A DÉCADA DE 60: A DECADÊNCIA ECONÔMICA DOS ENGENHOS.....	118
9.1. O engenho de Arnaldo Forbes.....	119
9.2. O engenho de Teodorico Lana.....	121
10. ENGENHO E TURISMO.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131

*Ao povo
de Limeira*

AGRADECIMENTOS

A todo povo de Limeira que colaborou fornecendo valiosas informações sobre a história local, muitas vezes dispensando o precioso tempo da labuta cotidiana.

Ao amigo companheiro, professor orientador, Sérgio Schmitz, por sua paciência e dedicação.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, que contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

À companheira Sandra Mara da Silva, pela compreensão e apoio nos momentos mais difíceis ao longo desta jornada.

Ao Professor José Bento Rosa da Silva, pelas sugestões e pelo apoio.

Aos integrantes do Núcleo de Estudos “Oficina de História Oral”, pelas preciosas contribuições ao longo das tardes de sábado.

A todos que direta ou indiretamente colaboraram com a execução deste trabalho.

INTRODUÇÃO

Um século e dois decênios nos separam do início da imigração italiana para o Brasil e Santa Catarina. Do muito que se tem escrito sobre a questão, pouco se tem dito sobre aqueles que foram suas personagens centrais: os próprios imigrantes.

As abordagens positivistas privilegiaram os aspectos quantitativos da imigração, procurando dar conta dos fatos históricos mais relevantes: a estatística da imigração, data da assinatura de contratos, local de origem do imigrante, sua contribuição para o desenvolvimento regional etc.. “Falamos de imigração, não de imigrantes. Tentamos trazer documentos de um evento, não de pessoas. Outros farão tal levantamento”¹. Assim se referiu um conhecido pesquisador da imigração italiana em Santa Catarina.

Neste trabalho procurou-se trazer para a cena histórica os indivíduos: os homens, as mulheres, as crianças imigrantes; suas dificuldades na nova terra, a adaptação dos conhecimentos que trouxeram do país de origem, a exploração econômica. Enfim, aspectos pouco conhecidos sobre a vida do imigrante e seus descendentes.

¹ DALL'ALBA, João Leonir. *Imigração italiana em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1983. p. 10.

Buscou-se, assim, uma abordagem inspirada nos questionamentos lançados pelos novos historiadores como a valorização do detalhe, do particular enquanto “elementos reveladores de fenômenos mais gerais”².

Para tanto, optamos pelo estudo de caso de uma comunidade de ítalo-brasileiros, Limeira, formada por imigrantes italianos, em 1875, na periferia da então Colônia Brusque, que fôra fundada em 1860 por imigrantes alemães.

A peculiaridade histórica de Limeira é a existência nos dias atuais de centenários engenhos de farinha de mandioca, que remontam à época da imigração. Percebendo-se a importância destes engenhos como “lugares de memória”³ para a população local – netos e bisnetos de imigrantes – optou-se por colocá-los como problemática central da investigação.

Buscou-se, então, através da metodologia da história oral e do diálogo com a historiografia regional, interpretar a importância, tanto econômica quanto simbólica dos engenhos de farinha de mandioca para os

² GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989. p. 178.

³ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

imigrantes italianos de Limeira e seus descendentes.

Ao estudar sociedades rurais, Godelier observou que: “(...) nas sociedades rurais, o trabalho é uma operação dupla que tem um aspecto técnico e um aspecto mágico e ritual”⁴. Le Goff notou que: “O mundo popular elabora ou recebe seus modelos nos seus lugares próprios de modelagem das mentalidades: o moinho, a forja, a taverna”⁵. E Walter Benjamin demonstrou que a arte narrativa, passada de geração a geração está intimamente relacionadas às formas artesanais de produção⁶.

Esta investigação inicia-se enfocando a importância econômica dos engenhos para os imigrantes italianos de Limeira e da Região do Vale do Itajaí-Mirim, no final do século XIX. Tenta-se aí, demonstrar o elo de ligação entre a atividade manufatureira dos engenhos e o processo de acumulação de capitais da então Colônia Brusque.

Na tentativa de dar visibilidade aos indivíduos, suas lutas, paixões, alegrias, reconstruiu-se alguns aspectos da história de vida do casal de imigrantes Ângelo e Ema Noldin. Não se trata de trivialidades do cotidiano, mas de uma maneira de correlacionar “os detalhes locais às tendências gerais”⁷, como alertou Peter Burke.

⁴ GODELIER, Maurice. *Antropologia ciência das sociedades primitivas?*. Lisboa: Edições 70, 1971. p. 170.

⁵ LE GOFF, Jacques. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 77.

⁶ BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 205.

⁷ BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, P. (org.). *A escrita da história, novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 343.

A investigação avança no sentido de demonstrar como os engenhos de Limeira estão imbricados na vida desta comunidade de ítalo-brasileiros e de que maneira eles vão lentamente perdendo sua importância como meio de produção econômica e sendo valorizados como lugares de memória da comunidade.

Realizou-se vinte entrevistas com netos e bisnetos de imigrantes italianos de Limeira. A técnica de entrevista adotada foi a de deixar o entrevistado falar livremente sobre o passado: entrevista livre⁸. Nas citações de trechos de entrevistas, utilizou-se a técnica da “transcrição” proposta por José Carlos S. Bom Meihy⁹.

⁸ THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

⁹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 59.

1. PAÍS DA COCANHA

“Ao Brasil, ao Brasil, ó boa gente,
Ao Brasil rápido, corram;
O que estais fazendo nestas gélidas estepes
De inanição e pobreza todos morrereis!
Lá de leite e mel correm torrentes,
Produzir salames de pinheiros vereis.
E seis estações no ano naquele tépido
Clima! Em cântaros o vinho recolhereis.
E isto é nada ainda: cada campo
(Sou homem sério, amigo e falo a verdade).
É cheio de gemas e de ouro cada montanha.
Quem fala o contrário, nada sabe.
É o país o Brasil da cuccagna:
Eu mesmo o vi... estando aqui no Primeiro.”
(Anônimo, La Voce Cattolica, 23/01/1877)

As questões macro-históricas que envolvem o processo da imigração italiana no século XIX estão razoavelmente contempladas pela produção historiográfica das últimas décadas. Tanto na Itália¹⁰, como no Brasil¹¹, historiadores têm se preocupado em explicar as razões de ordem econômica, social e política que motivaram grandes levas de camponeses italianos a emigrarem para o Brasil.

Na Itália, um dos fortes motivos apontados pelos historiadores

¹⁰ GROSSELLI, Renzo Maria. *Vincere o morire* – contadine trentino (Veneti e Lombardi) nelle foreste brasiliane. Trento: Cura della Provincia Autonoma de Trento, 1987.

para explicar o êxodo dos camponeses em direção ao Brasil foi o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo. Após a Unificação Italiana, em 1870, ocorreu um rápido processo de concentração fundiária em função do não pagamento pelos pequenos proprietários dos novos impostos introduzidos pelo novo regime. Tal situação provocava endividamento dos camponeses, que, não tendo como pagar suas dívidas com o Estado, acabavam alienando suas já minguadas propriedades e engrossando o contingente de desempregados a vagarear pelas vilas e cidades¹².

O norte da Itália, de onde afluíram os maiores contingentes de imigrantes para o Brasil, compreendia, na época da imigração, as regiões de Vêneto, Lombardia e do Trentino. Este último era pertencente à Áustria, mas etnicamente italiano. O camponês destas regiões constituía-se de pequeno proprietário, usava máquinas medievais, como os milenares moinhos movidos por rodas d'água¹³ e explorava a pequena propriedade através da força-de-trabalho familiar.

Se por um lado os camponeses do norte italiano estavam premidos pela asfixiante carga tributária do recém-criado Estado Italiano, forçando-os a venderem as terras, por outro eram arruinados pela

¹¹ ALVIN, Zuleika M. F.. *Brava gente: os italianos em São Paulo: 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹² GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer*. Camponeses trentinos (Venetos e Lombardia) nas florestas brasileiras. Florianópolis: UFSC, 1987. p. 93-99.

¹³ USHER, Abbot Payson. *Uma história das invenções mecânicas*. Campinas: Papirus, 1993. p. 225.

concorrência dos produtos agrícolas de nações onde o capitalismo havia reduzido os custos de produção, especialmente dos Estados Unidos¹⁴.

A incipiente indústria, por demais dependente do artesanato, sofria a concorrência das indústrias alemãs e francesas, especialmente na produção de vinho, vidros e papel. A seda, outro importante produto da economia da Itália setentrional teve seu golpe de misericórdia com a importação de seda chinesa¹⁵.

No Brasil, era de interesse do Império a introdução do imigrante europeu como forma de substituir o braço escravo, cada vez mais raro em consequência das restrições inglesas ao tráfico negreiro que culminou com a Lei Eusébio de Queiróz, em 1850. A substituição do trabalho escravo no latifúndio cafeeiro, em São Paulo, e a necessidade de povoamento do extremo sul do Brasil faziam do miserável camponês italiano um alvo privilegiado¹⁶.

O Contrato Caetano Pinto, firmado entre o Império brasileiro e o empresário Joaquim Caetano Pinto Jr., em 1874, previa a introdução de 100.000 imigrantes europeus no prazo máximo de dez anos. A grande inovação desta iniciativa era a gratuidade da viagem ao Brasil, pois esta representava a fuga da

¹⁴ FURLAN, Oswaldo Antônio. *Brava e buona gente*. Cem anos no Brasil. Florianópolis: Do autor, 1997. p. 43.

¹⁵ GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer*. Camponeses trentinos (Venetos e Lombardia) nas florestas brasileiras. Florianópolis: UFSC, 1987. p. 93-99.

¹⁶ LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração e ideologia: reação e imigração (1850-1875)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. p. 15-29.

miséria e da fome.

O camponês italiano era extremamente apegado à terra, à vida comunitária, onde a igreja desempenhava importante papel na coesão social dos povoados. Esta característica era especialmente forte no Trentino, região montanhosa em que o isolamento das pequenas aldeias entre os vales contribuiu para a manutenção de uma sociedade tradicional¹⁷.

Em toda a Europa, mas especialmente nas regiões mais conservadoras, como o norte da Itália, sobrevivia o mito medieval do “país da cocanha”, uma terra em que não se precisaria trabalhar e haveria comida em abundância. Este mito do “Paesi di Cuccagna” foi intensamente utilizado pelos agentes recrutadores de imigrantes na Itália, a fim de convencer os camponeses das vantagens de emigrar para o Brasil, pois “(...) lá de leite e mel correm torrentes. Produzir salames os pinheiros vereis”¹⁸. O Brasil e a América como um todo passaram a representar o lugar de investimento das esperanças, dos sonhos da classe camponesa italiana que o identificava com o imaginário país da cocanha.

17 GROSSELLI, Renzo Op. Cit. P. 93-99.

18 SANTOS, Rosely Isabel Correa dos. *A terra prometida*. Tese e antítese: os jornais do norte da Itália e a imigração para o Brasil (1875-1899). Tese (Pós-graduação em história) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.p.2.

1.1. Que país é este?

“E depois da longa
Viagem penosa,
Enfim esperam
Encontrar repouso.
Mas chegando ao Éden
Desejado
O que encontra o mísero
O que houve emigrado?
Vê o oposto
Da medália
Que não via
Estando na Itália.”
(Jornal “La Favilla”, 02/09/1887)

Após aproximadamente um mês de viagens: de trem até o porto de Gênova, de vapor até o Rio de Janeiro e daí a Desterro, o imigrante chegava a sua “terra prometida”.

Os navios, superlotados, não apresentavam condições satisfatórias para o transporte humano. Muitas mulheres que partiam grávidas, acabavam ganhando seus filhos no navio¹⁹. Chegados ao Rio de Janeiro, deveriam optar pela colônia que desejassem, mas faltavam informações, intérpretes e muitos acabaram sendo forçados a se dirigirem para onde indicavam as autoridades brasileiras. Uma antiga construção que

¹⁹ GROSSELLI, Renzo Maria. Op. Cit. P.93-99.

servia como depósito de mercadorias do Porto do Rio de Janeiro era a “Hospedaria dos Imigrantes” com um teto de lata. A falta de estrutura para receber os imigrantes e a demora no processo de assentamento das famílias em suas terras (no caso dos que vinham para sul) tornou calamitosa a sua sobrevivência durante a imigração. Há notícias de mulheres trentinas que tiveram que se lançar à prostituição para se sustentar, durante a estada no Rio de Janeiro²⁰. Para muitos, o sonho do “Brasil da Cocanha” terminava logo ao desembarcar no Rio de Janeiro.

Embora o contrato que os imigrantes assinavam antes de sua saída, na Itália, previsse a completa assistência desde sua partida no porto de Gênova até seu definitivo destino na colônia, onde seriam instalados, isto não ocorria. Desorganização era a palavra de ordem. Faltavam intérpretes para prestar as devidas informações sobre a disponibilidade de terras nas colônias de Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, ou para indicar a disponibilidade de trabalho assalariado nas fazendas de café em São Paulo. As poucas bagagens que traziam eram extraviadas e dificilmente recuperadas, pois vinham em navios separados²¹.

Do Rio de Janeiro seguiam por mar até Desterro e daí para Itajaí. Nesta cidade portuária, porta de entrada para os vales de Itajaí-Açú e Itajaí-Mirim, ficavam os imigrantes hospedados em uma “casa de recepção”

²⁰ Ibidem. p. 253-259.

²¹ Ibidem. p. 253-259.

situado na foz do Rio Itajaí-Mirim com o Itajaí-Açú.

Aí ficavam alguns dias ou até semanas, dependendo do ritmo de trabalho dos agrimensores na medição dos lotes a serem entregues aos imigrantes. Aqueles que optavam pela Colônia Brusque seguiam pelo Itajaí-Mirim acima em pequenas embarcações ou a pé pela estrada/picada recém aberta em 1875.

Ao chegarem na Colônia Itajaí-Brusque a partir do início do ano de 1875, os imigrantes italianos encontraram as melhores terras, as várzeas ao longo das margens do Itajaí-Mirim, já ocupadas pelos colonos alemães. Estes já haviam ocupado as planícies férteis da colônia fundada pelo Barão Maximilian Von Schnéeburg, em 1860²².

Aos italianos restaram as piores terras, aquelas situadas nas encostas dos morros, formando estreitíssimos vales em cujos leitos correm os afluentes do Rio Itajaí-Mirim.

A Colônia Itajaí-Brusque estava organizada em torno da sede administrativa, onde os colonos alemães já haviam construído barracões de recepção, um armazém e um rancho de administração. A sede da colônia situa-se onde é hoje o centro da cidade de Brusque²³.

A partir da sede administrativa traçava-se uma picada principal,

²² SANTOS, Roselys Isabel Correa dos. *A colonização italiana no Vale do Itajaí-Mirim*. Florianópolis: Lunardelli, 1981.

²³ SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974. p. 47.

acompanhando o curso do rio, a partir da qual se ramificavam as picadas secundárias. As picadas denominavam-se “Linhas Coloniais” e era a partir delas que se demarcavam os lotes a serem entregues aos colonos, geralmente em torno de 25 hectares (200 m de frente por 1000 m de fundos aproximadamente), medidos a partir da picada em direção às partes mais elevadas dos vales²⁴.

1.2. As linhas coloniais

Nosso conhecimento acerca das linhas coloniais é bastante precário. A história da imigração no Vale do Itajaí-Mirim, seja alemã, italiana ou polonesa é bastante lacônica no que diz respeito aos acontecimentos que não tiveram como palco os locais de maior concentração populacional, notadamente a sede da Colônia Brusque e seus quatro Distritos Coloniais: Nova Trento, Cedro, Porto Franco e Gaspar. A sede e os distritos, por concentrarem maiores contingentes populacionais acabaram ascendendo à categoria de municípios, aos quais tem sido dedicada a quase totalidade da produção historiográfica. Este constitui um dos grandes problemas da historiografia regional, que tem se preocupado quase que exclusivamente com a história do “desenvolvimento”

²⁴ Ibidem. p. 47.

econômico-social destes núcleos urbanos, passando quase despercebido o fato de que a grande maioria dos imigrantes (italianos, principalmente) foram instalados nas linhas coloniais periféricas²⁵.

Este problema não passou despercebido a Renzo Maria Grosselli, que imputou-o às deficiências da documentação colonial, que devido à instabilidade administrativa da colônia, em função das constantes substituições dos diretores, não permite identificar adequadamente os imigrantes de cada linha colonial²⁶.

A contribuição específica desta pesquisa está na historicização de uma destas 97 linhas coloniais²⁷ que constituíam, em 1875, a Colônia Itajaí-Brusque.

Busca-se, desta forma, uma alteração na escala de observação, uma vez que a historiografia regional (tanto a que se refere à colonização alemã, quanto à italiana) tem procurado, até este momento, analisar a história desta Colônia com base em processos macro-históricos, geralmente

²⁵ Note-se, neste sentido, que, tanto Giralda Seyferth, quanto Roselys I. C. dos Santos, que escreveram sobre as colonizações alemã e italiana no Vale do Itajaí-Mirim, preocuparam-se em demonstrar o desenvolvimento econômico e social promovido por estes imigrantes, a partir do ponto de vista do centro, dos núcleos econômica e socialmente mais densos.

²⁶ GROSSELLI, Renzo Maria. Op. Cit. p. 93-99.

²⁷ Segundo:

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974. p.

com enfoque no desenvolvimento político-administrativo²⁸ e econômico²⁹.

Giovanni Levi nos alerta que: “Os fenômenos previamente considerados como bastante descritos e compreendidos assumem significados novos quando se altera a escala de observação”³⁰. Assim, estudar a história da antiga Linha Colonial Limeira, hoje uma comunidade rural do município de Brusque (SC) denominado Limeira Alta, implica a busca de novos significados para a história da imigração italiana da ex-colônia Itajaí-Brusque.

1.3. Limeira antes da imigração italiana

Mesmo antes da chegada dos imigrantes alemães à Colônia Itajaí-Brusque, em 1860, já havia habitantes na região conhecida por Vicente Só, de propriedade do latifundiário Pedro José Werner, onde seria instalada a colônia.

²⁸ Veja-se, neste sentido:

BOITEUX, H. C. *Nova Trento*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1929;

BONOMINI, P. L.. *Pequena história de Botuverá*. Brusque: [s.n.], 1976.

CABRAL, O. R.. *Brusque*: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do império. Brusque: Sociedades Amigos de Brusque, 1958.

CADORIN, J.. *Nova Trento outra vez*. Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992.

PIAZZA, W. F.. *Nova Trento*. Florianópolis: [s.n.], 1950.

²⁹ Sobre esta questão. Ver:

HERING, M. L. R.. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí*: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: FURB, 1987.

SANTOS, R. I. C.. *A colonização italiana no Vale do Itajaí-Mirim*. Florianópolis: Lunardelli, 1981.

SEYFERTH, G.. Op. cit..

³⁰ LEVI, G.. Sobre a micro-história. In: BURKE, P.. *A escrita da história*: novas perspectivas. 2. ed.. São Paulo: UNESP, 1992. p. 141.

“Mas havia outros proprietários na região e o Barão Schnéeburg, mais tarde os enumeraria a todos: H. Hohe e Maximiliano Fürbringer, lavradores; Reinhardt Gäertner, que morava na vizinha colônia do Dr. Blumenau; Luis Spengler, Germano Thieme, Teodoro Deeke, João Carlos Read, Teodoro Dankwardt e seus filhos, além de um Belmiro de Tal, com uma serraria em Limeira”³¹.

Esta referência, todavia, não nos dá garantias de que o Barão Maximilian Von Schnéeburg, primeiro diretor da Colônia Itajaí-Brusque, neste documento de 1864, estivesse se referindo à comunidade de que estamos tratando neste trabalho. Poderia ter havido duplicidade de nomes, como é o caso de “Nova Itália”. Em Limeira há atualmente uma localidade com esta denominação. Mas não se trata da tentativa fracassada de instalação da primeira colônia italiana em Santa Catarina, Nova Itália, em 1836. Quando iniciei minha pesquisa, quase fui traído por conta desta homonímia. D. Alvina Torresani, antiga moradora de Limeira, por exemplo, insistia em que seus pais tinham vindo de Nova Itália. Como a estrada da Nova Itália aponta em direção à Serra do Moura, que liga Limeira, no Vale do Itajaí-Mirim, ao Vale do Tijucas, onde se localizava a Colônia Nova Itália, supus que algumas famílias que se fixaram em Limeira poderiam ser remanescentes da antiga colônia de 1836.

Esta hipótese, entretanto, não encontrava amparo nas narrativas

³¹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Brusque*. Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1958. p. 7.

dos limeirenses: “Os imigrantes entraram em Brusque. (...) De Brusque cada um foi pro seu lote. Um pra Nova Itália, outra pra cá, outro pra lá (...)”³².

Eles estavam certos e minha hipótese completamente equivocada. O motivo era a homonímia. Havia também uma linha colonial muito próxima à Limeira com o nome de “Ribeirão Nova Itália”, onde foram assentados inúmeros colonos, cujos descendentes moram atualmente em Limeira. Com o passar do tempo a localidade passou a designar-se simplesmente “Nova Itália”. Numa listagem de imigrantes fornecida por Grosselli, consta o nome de Giovanni Torresani, proveniente de Rumo, no Trentino³³, que se instalou na linha Ribeirão Nova Itália.

Num relatório de 1862, no entanto, o Barão nos dá uma pista decisiva:

“Fôra intenso o trabalho e a estrada para a Barra do Rio, se bem que uma grande necessidade, não poderia antepor-se a esses trabalhos internos, embora da Limeira já houvesse uma picada até o Rio do Moura, aberta pelos habitantes das Tijucas Grandes”³⁴.

Oswaldo Rodrigues Cabral observou que: “Teodoro

³² BERTOLINI, Martiniano (64). Entrevistado em 22/mai/1996. Limeira, Brusque, SC.

³³ GROSSELLI, Renzo Maria. Op. Cit. p. 543.

³⁴ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Op. Cit. p. 110.

Deeke, chegado em Blumenau em 1857, retirou-se, adquirindo uma fazenda na Limeira, que fôra propriedade de um Mister Brown”³⁵. E, Vanderlei Rouver, em um estudo sobre a região de Tijucas, observou que o “lugarejo de Limeira” comunicava-se, através de uma picada, com a Colônia Flor da Silva, fundada por Manoel Floriano da Silva, em 1843³⁶. Esta picada saía da colônia de Floriano, no Vale do Tijucas, subia a chamada “Serra do Moura”, onde floresceu um importante povoado na segunda metade do século passado em função do comércio entre as colônias do Vale do Tijucas e do Itajaí-Mirim. Descia na Limeira, já no Vale do Itajaí-Mirim.

Com a fundação da Colônia Itajaí-Brusque, em 1860, a picada do Moura seria intensamente utilizada como rota comercial entre o Vale do Tijucas e do Itajaí-Mirim. O povoado do Moura tornou-se importante centro produtor de farinha de mandioca com seus engenhos movidos por bois. Sendo o povoado mais próspero da região entre os vales, o Moura centralizava as atividades comerciais entre os agricultores da região, além de ser também o ponto para onde confluíam as pessoas em busca de lazer e entretenimento nos dias de festas.

Em 1863, o diretor da Colônia Itajaí-Brusque, Barão de

³⁵ Ibidem, p. 7.

³⁶ ROUVER, Vanderlei. *Canelinha do Tijucas Grande*. Canelinha: Prefeitura Municipal de Canelinha, 1988. p. 78.

Schnéeburg, em seu relatório diria sobre esta picada: “se ela fosse alargada poderia proporcionar uma ótima comunicação entre a sua colônia e os habitantes do Tijucas, gastando 5 horas de viagem”³⁷. Desta forma, Limeira estava, na virada do século passado, na rota comercial entre o Vale do Itajaí-Mirim, o do Tijucas e destes com a capital Desterro.

1.4. A Linha Colonial Limeira

Em 1875, quando começam a chegar os primeiros imigrantes italianos na Colônia Itajaí-Brusque, já estava terminada a picada ligando esta colônia à de Itajaí. A Linha Colonial Limeira foi estabelecida ao longo de uma picada secundária, ramificação da picada principal (Brusque-Itajaí), partindo do ponto em que o Ribeirão da Limeira cruzava a picada principal. Neste ponto, distante aproximadamente 5.000 metros da sede da Colônia, já havia uma picada que se iniciava na margem direita daquele ribeirão, desde a década de 1840³⁸, servindo como ligação entre os poucos moradores do Vale do Itajaí-Mirim, do Vale do Tijucas e destes com a Capital da Província, Desterro.

A Linha Colonial Limeira seguia o curso do ribeirão homônimo,

³⁷ Ibidem, p. 79.

³⁸ Ibidem, p. 78.

que corre no leito de um estreitíssimo vale, espremido entre os morros recobertos pela densa vegetação da mata atlântica. Adentrava cerca de 15 km, sempre seguindo o curso do ribeirão até atingir os confins da Colônia, já nos limites com as terras pertencentes à então Vila de Itajaí.

A documentação oficial da Colônia Itajaí-Brusque não permite estabelecer com precisão quantos nem quem eram os imigrantes que ocuparam cada linha colonial. Trata-se dos livros de “Débito colonial” e dos livros de “Conta corrente dos colonos”, onde eram assinaladas as dívidas dos colonos relativas ao valor dos lotes e dos outros adiantamentos que a lei sobre as colônias previa e os pagamentos efetuados pelos colonos, em dinheiro ou através de serviços públicos, especialmente nas estradas. Não tratam, no entanto, das linhas coloniais organicamente e na maioria dos casos não fazem referência ao local onde residia o colono. Isto torna problemática a identificação dos imigrantes que faziam parte da Linha Colonial Limeira, em sua fundação, em 1875³⁹.

Sabemos, todavia, que o número de imigrantes assentados em Limeira não era pequeno. Há notícias a este respeito num relatório do Cônsul italiano em Santa Catarina, Gherardo Pio de Savóia, datado de

³⁹ Livros de débitos coloniais e de conta corrente dos colonos. Arquivo da Sociedade Amigos de Brusque, Brusque, S. C..

1901, que nos revela a existência de 24 famílias com cerca de 150 pessoas residindo, nesta data, em Limeira e seus arredores⁴⁰.



Figura 1.: Localização Geográfica de Limeira
Fonte: Atlas Geográfico de Santa Catarina,
Secretaria Estadual de Educação, 1991.

⁴⁰ Boletim do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália. In: DALL'ALBA, João Leonir. *Imigração italiana em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1983. p. 98.

Através de entrevistas com descendentes de imigrantes que residem atualmente em Limeira, tivemos notícias dos seguintes imigrantes instalados na Linha Colonial Limeira:

Quadro 1: Imigrantes italianos assentados em Limeira-Brusque, S.C.

Baldessare Dallago (1)
Alessandro Raizer (2)
Luiz Pradella (3)
Germano Benvenuti (o velho) (4)
João Lana (5)
Angelo Noldin (6)
Santos Caviquioli (7)
Giovani Torresani (8)

Fonte: 1 e 2: Arquivo da Sociedade Amigos de Brusque

- 3: Entrevista com Dalério Caviquioli, em 3 mar. 1996, Limeira, Brusque.
- 4: Entrevista com Germano José Benvenuti, em 13 abr. 1996, Limeira, Brusque.
- 5: Entrevista com Juarez Lana, em jun. 1996, Limeira, Brusque.
- 6: Entrevista com Alvina Noldin Torresani, em 3 mar. 1996, Limeira, Brusque.
- 7: Entrevista com Dalério Caviquioli, em 3 mar. 1996, Limeira, Brusque.
- 8: Entrevista com Alvina Noldin Torresani, em 3 mar. 1996, Limeira, Brusque.

1.5. Limeira hoje

Atualmente, Limeira constitui um bairro bastante populoso do Município de Brusque, tendo se desenvolvido ao longo do traçado da antiga Linha Colonial Limeira. Faz-se necessário, no entanto, assinalar a subdivisão deste bairro, situado na parte leste do município de Brusque, em duas comunidades bastante distintas: Limeira Baixa e Limeira Alta.

1.5.1. Limeira Baixa

Dirigindo-se de Itajaí para Brusque, poucos quilômetros antes de se atingir o centro urbano deste município, encontra-se a estrada que dá acesso à Limeira, à margem esquerda da Rodovia Antônio Heil. Daí até cerca de 10 km acima encontra-se um bairro moderno já bastante urbanizado, com rua pavimentada, comércio, arquitetura típica de bairros suburbanos e uma população majoritariamente ocupada nas indústrias têxteis brusquenses ou no comércio.

1.5.2. Limeira Alta

À medida que se avança mais alguns quilômetros, seguindo a Estrada Geral de Limeira, adiante, o cenário urbano vai aos poucos cedendo lugar a antigas casas de madeira, roças de aipim, pastagens e centenários engenhos de farinha-de-mandioca movidos por rodas d'água. Estamos na comunidade de Limeira Alta, distante cerca de 15 quilômetros do centro de Brusque, já nos limites entre este município e o de Camboriú, a sudeste, e de Itajaí, a leste. Sua população, em torno de 500 habitantes, vive atualmente da agricultura e uma significativa parcela trabalha nas indústrias brusquenses, especialmente a têxtil. A quase totalidade da

população é formada por descendentes de imigrantes italianos que moram na região desde o nascimento. Uma pequena parte dos habitantes, aproximadamente 10%, é proveniente de outros lugares, geralmente de municípios vizinhos como Camboriú, Tijucas e Itajaí. Limeira Alta distingue-se na região como tradicional centro produtor de farinha-de-mandioca, através de seus engenhos artesanais, isto, é, movidos por rodas d'água.

As casas, geralmente com sótão e uma varanda frontal, estão dispersas ao longo da estrada a intervalos relativamente longos. Não há uma vila ou núcleo de povoamento. Próximo às casas, ao lado ou atrás, encontram-se instalações como estrebaria, galinheiros, curral de porcos, e, às vezes o engenho de farinha de mandioca. Nos arredores da casa, percebe-se uma pequena pastagem para criação de gado, utilizado na produção de leite e derivados para o consumo doméstico. Ainda em torno da casa, às vezes encontram-se pequenas hortas de subsistência, um pátio, geralmente na frente (como se pode ver na figura 2) e um canteiro de flores. Na parte de trás, encontram-se a roça e a floresta.

Embora as propriedades atuais não possuam mais os 25 hectares, extensão média dos lotes coloniais vendidos ao imigrante, em função das partilhas por herança, sua subdivisão é mais jurídica do que de fato. Ou seja, o lote colonial está juridicamente dividido entre herdeiros, mas na realidade continua, em muitos casos, pertencendo à família como se fosse

uma propriedade única. Isto se deve ao fato dos herdeiros que permaneceram habitando a antiga colônia⁴¹ dependerem reciprocamente de algumas instalações comuns para a continuidade de sua atividade econômica:

“O engenho era da companhia de todos os irmãos. Depois, quando a minha sogra morreu, o engenho ia ficar com o mais novo, com o Martim. Só que nós podíamos fazer farinha, mas não precisava pagar nada, sempre”⁴².

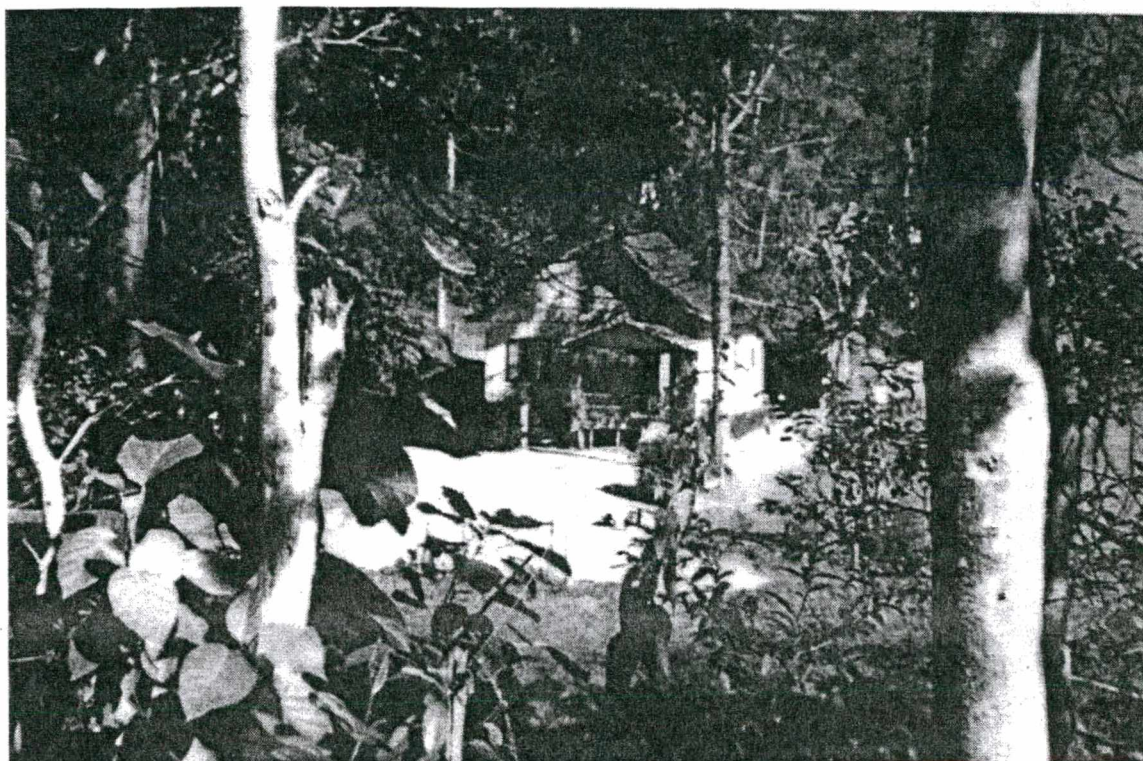


Figura 2: Casa de Mário e Ida Bertolini. Limeira, 11 jun. 1996.
Fonte: do autor.

⁴¹ Empleo aqui o termo Colônia no sentido da pequena propriedade camponesa das áreas de imigração italiana e alemã no Sul do Brasil, composta por casa, ranchos, engenhos e demais instalações.

⁴² BERTOLINI, Ida (72). Entrevista em 11 jun. 1996. Limeira, Brusque, SC.

Este é o caso dos Bertolini. As terras da família foram partilhadas por herança. A parte da propriedade onde estão as benfeitorias: casa, engenho, ranchos e outras instalações, ficou com o filho mais novo, Martinhano (Martim). Este, no entanto, para compensar sua vantagem na partilha da herança, comprometeu-se a permitir que os irmãos Mário e Victor usassem o engenho sem qualquer tipo de cobrança. Além desta prática, é comum também, em Limeira, a compra, por um dos herdeiros, das parcelas dos demais. É importante ressaltar que estas práticas não têm nenhum valor jurídico, sendo apenas sancionadas pela tradição, mas que acarretam uma importante consequência: a manutenção de uma extensão de terras razoavelmente capaz de garantir a subsistência da família do herdeiro. No nível mais amplo da comunidade, estes “arranjos” contribuem para a manutenção dos espaços sem profundas transformações.

1.6. Por que Limeira Alta?

A esta altura, talvez o leitor esteja se questionando sobre o porquê de alguém se interessar em estudar a história de uma modesta comunidade rural do Vale do Itajaí-Mirim.

Em primeiro lugar, porque entendemos que as vidas humanas têm necessidade e merecem ser narradas independentemente da posição

que ocupam na hierarquia social econômica e cultural. A quase totalidade das obras históricas sobre a Região do Vale do Itajaí-Mirim faz apologia das grandes personalidades: os fundadores das colônias, seus diretores, homens de negócios, políticos de expressão etc.. Certamente, estes merecem ter suas vidas narradas pelo historiador, pois contribuíram com suas ações para o desenrolar da história da região. Postular o contrário seria eticamente reprovável, posto que a situação social, econômica, étnica, cultural, de gênero e credo ou posição política jamais poderia constituir critério de exclusão em história. Mas, quais seriam então os critérios da inclusão? A condição humana. Toda vida humana merece ser narrada historicamente⁴³.

Partindo deste princípio ético fundamental, constata-se que a historiografia sobre a Região do Vale do Itajaí-Mirim, especialmente sobre a ex-colônia Brusque, é excludente. Com raras exceções, as obras históricas sobre o Itajaí-Mirim registram as vidas de alemães, homens brancos, cultos, ricos e cidadãos. Isto deve-se, em grande medida, ao fato de o centro das decisões político-econômicas da ex-colônia, a “stadtplatz”, (cidade) como disse Seyferth⁴⁴, ter sido monopolizada por imigrantes alemães e seus descendentes. Embora mais de 50% dos imigrantes que entraram em

⁴³ Sobre a questão, ver:

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994. p. 116.

⁴⁴ SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974. p. 47.

Brusque fossem italianos e poloneses, assentados na periferia da colônia, eles praticamente não aparecem na historiografia local. A história de Brusque é a história da “stadtplatz”.

Limeira é uma comunidade formada majoritariamente por descendentes de imigrantes italianos, ítalo-brasileiros, cuja visibilidade histórica constitui a crítica de narrativas históricas excludentes.

Mas, como Limeira, há dezenas de comunidades de ítalo-brasileiros, formando um cinturão de comunidades rurais em Brusque e região. A história de qualquer uma delas seria uma crítica da exclusão das narrativas históricas hegemônicas. Por que razão Limeira? Especialmente em Limeira Alta, houve desde o início da imigração italiana, 1875, um índice muito baixo de migração de famílias para outros locais ou vindas de outros locais. Manteve-se, portanto, uma população relativamente estável. Esta característica é um importante suporte para a transmissão da memória de uma geração a outra. Halbwachs nos lembra de que “As lembranças nos ligam aos grupos dos quais estas mesmas lembranças emanam. Esquecer é perder o contato com as pessoas das quais tínhamos lembranças”⁴⁵. O recurso à memória como fonte de conhecimentos históricos adquire especial relevância porque os documentos oficiais da ex-Colônia Brusque referem-se especialmente à Sede Colonial, à futura cidade de Brusque, e muito precariamente às Linhas Coloniais, onde situavam-se os ítalo-

⁴⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 34.

brasileiros. A memória em nosso caso, é uma importante fonte na crítica das narrativas excludentes.

Enfim, Limeira Alta distingue-se na Região do Vale do Itajaí-Mirim por ser um tradicional centro produtor de farinha de mandioca. Conjuntos de máquinas artesanais entalhadas em madeira de lei, acionadas por meio de uma roda d'água que, em Santa Catarina, denominam-se "engenhos", são ainda usados em Limeira Alta na produção da farinha de mandioca. A tecnologia destes engenhos lança suas raízes nos moinhos hidráulicos da Europa Medieval que, em Santa Catarina, foram construídos para responder aos desafios da grande imigração no século XIX.

Em Limeira Alta existem ainda oito destes engenhos, alguns em pleno funcionamento, outros apenas mantidos como memória de família. A existência destes centenários engenhos nos dias atuais, passados de geração em geração, ao longo destes 120 anos que nos separam do início da imigração italiana para Santa Catarina, revela a grande importância que eles tiveram e têm para a história dos limeirenses.

Eles estão de tal forma imbricados na história desta comunidade de ítalo-brasileiros, que seria impossível escrevê-la sem referir-se a eles. A referência aos engenhos, todavia, tem como preocupação central os indivíduos: homens, mulheres, crianças, velhos, principais artífices da história. Estes são o alvo privilegiado, o foco sobre o qual se lançarão as

lentes do historiador. O engenho é o referencial temático, pelo seu significado na história das pessoas. Não algo desvinculado da vida daqueles que, verdadeiramente, são as personagens centrais desta história: os limeirenses.

2. A FARINHA DE MANDIOCA E SEUS ENGENHOS

A invenção da farinha de mandioca não foi obra de italianos nem de açorianos. Sequer de alemães ou qualquer outro povo que imigrou para Santa Catarina. A técnica do plantio da mandioca e da produção de sua farinha é um legado indígena:

“Desde os Aruaks, na América Central, passando pelo Peru, Equador, abraçando o Brasil até o Prata e o Chile estava ela disseminada porém com maior eficiência e constância entre os Tupi-guaranis”.⁴⁶

Foi rapidamente assimilada pelos europeus, constituindo importante elemento de consumo alimentar para os portugueses que aqui se instalaram a partir de 1500.⁴⁷

Recebeu as mais variadas denominações de norte a sul do Brasil:

⁴⁶ PEREIRA, Nereu do Vale. *Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Cultural Açorianista, 1992. p. 20.

⁴⁷ ALBUQUERQUE, M. e CARDOSO, E. M.. *A Mandioca no Trópico Úmido*. Brasília: Brasília, 1980. p. 19.

farinha de pau, farinha de barco, farinha de guerra, etc.⁴⁸. Teve sua técnica de produção adaptada de acordo com as características culturais e as especificidades das populações das várias regiões brasileiras. No Nordeste, por exemplo, a denominação das instalações destinadas à produção da farinha é “casa de farinha”⁴⁹.

Em Santa Catarina, a farinha de mandioca ocupou lugar de destaque, sobretudo após a imigração açoriana, ocorrida entre 1748 e 1756.

Já no ano de 1797, o número de engenhos de farinha de mandioca em Santa Catarina era 884, seguido por 297 atafonas de trigo, 192 alambiques, 63 engenhos de açúcar e 32 curtumes.⁵⁰ Ao longo de todo o século dezanove ocupou a farinha de mandioca o primeiro lugar na pauta de exportações catarinenses.

A dependência do imigrante açoriano em relação à farinha de mandioca foi tão intensa que este período de acelerado incremento da produção deste produto ficou conhecido como “período açoriano”.⁵¹

⁴⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [19—]. p. 387.

⁴⁹ PEREIRA, Nereu do Vale. *Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Cultural Açorianista, 1992. p. 92.

⁵⁰ CUNHA, Idauro José. *Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 26.

⁵¹ *Ibidem*, p. 25.

A técnica de produção da farinha de mandioca utilizada pelos imigrantes açorianos em Santa Catarina baseou-se na adaptação de tecnologias já conhecidas desde a Antigüidade na Europa: moinhos de vento, atafonas, introduzidos no Arquipélago dos Açores a partir do século XV com a expansão comercial portuguesa.⁵² A principal adaptação desenvolvida pelos açorianos em Santa Catarina foi a substituição da força motriz. Lá usava-se o vento, aqui a tração animal. Assim, os sistemas de engrenagens de madeira que lá eram movidos pela força do vento, aqui foram adaptados para a tração animal e utilizados na produção da farinha.

A produção da farinha de mandioca compõe-se de três fases fundamentais: seva, prensagem e torrefação.

1) Seva: É o primeiro passo na produção da farinha, através do qual se deve ralar a raiz da mandioca em seu estado natural, após ter sido raspada a fina membrana (casca) que a envolve. Deste processo resulta o que se chama de “massa da mandioca”, que nada mais é do que uma certa quantidade de raízes de mandioca ralada.

2) Prensagem: depois de ser sevada, a massa da mandioca deve

⁵² PEREIRA, Nereu do Vale. Op. Cit., p. 189-202.

ser prensada para que se elimine o maior percentual possível do líquido que nela se encontra.

3) Torrefação ou forneada: após ser prensada, a massa deve ser torrada ou forneada até que se elimine totalmente o líquido que permaneceu após o processo de prensagem. Enfim, depois de forneada, a farinha está pronta para o consumo humano.

Ao conjunto dos equipamentos mecânicos utilizados neste processo, denomina-se “engenho de farinha de mandioca”. Segundo Nereu do Vale Pereira, a denominação de “engenho” é característica específica do Estado de Santa Catarina:

“No Brasil, concluímos que somente em Santa Catarina, e na sua Ilha, é que o designativo ‘engenho’ foi aplicado, e até sem qualificativo, basta dizer-se ‘engenho’ para todos saberem que se está referindo à máquina de fabricar farinha de mandioca. Inferimos que este designativo foi criado e consagrado pelo colonizador açoriano”.⁵³

⁵³ PEREIRA, Nereu do Vale. Op. Cit., p. 191.

2.1. O engenho de cangalha

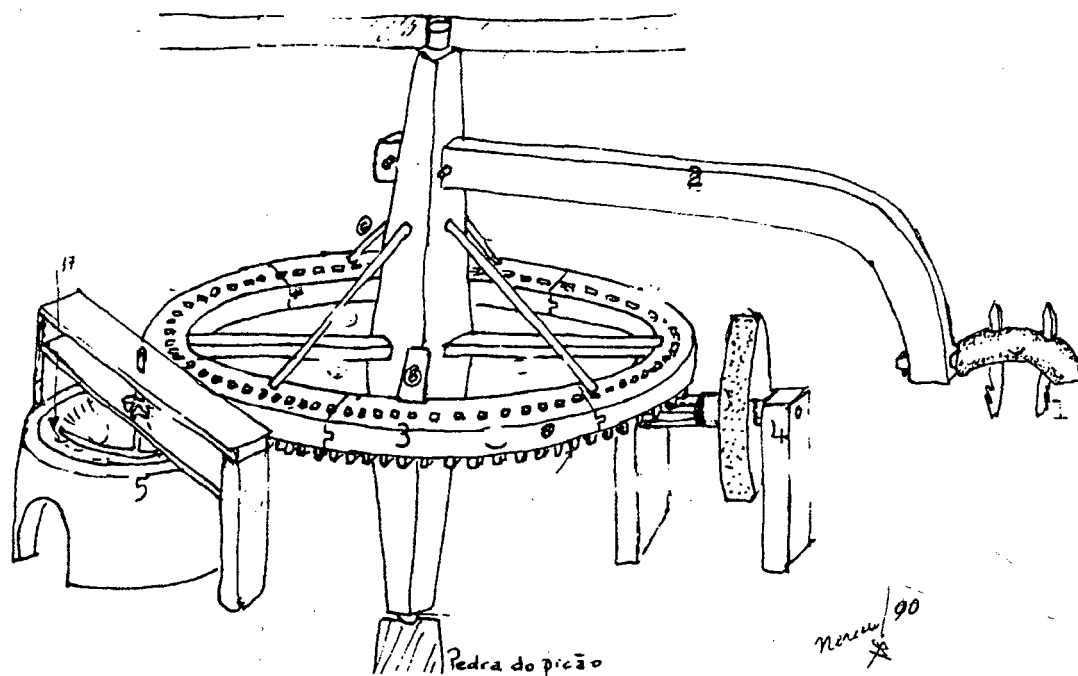


Figura 3: Engenho de farinha de mandioca.

Fonte: PEREIRA, Nereu do Vale. Op. Cit, p. 53.

- 1 - Canga
- 2 - Almanjarra
- 3 - Roda mestra ou bolandeira
- 4 - Seivador
- 5 - Forno

A figura 3 mostra um engenho do tipo “cangalha”,

típico do litoral de Santa Catarina, onde predominou a colonização açoriana. A principal característica definidora deste tipo de engenho em relação a outros tipos é a utilização da tração animal como força motriz (boi).

O funcionamento deste engenho é simples: o boi move a almanjarra (2) que transmite seu movimento à grande engrenagem central (3), que, por sua vez, movimenta a roda do seador (4) e a hélice do forno (5). O seador constitui-se de uma roda de madeira recapada com uma chapa fina de lata toda perfurada com o objetivo de ralar a raiz da mandioca. O forno constitui-se de uma chapa côncava de cobre depositada sobre uma parede circular de tijolos com uma abertura onde se introduz a lenha. O fogo aquece a chapa pela parte inferior; no plano superior é depositada a farinha para ser torrada. Uma hélice ou pá deve mexer constantemente a farinha que está sendo torrada para que não queime. Esta hélice é também movimentada pela roda mestra ou bolandeira. O boi anda em círculo em torno deste conjunto. Prende-se à almanjarra através da canga (1), donde provém o nome “engenho de cangalha”.

Para Nereu do Vale Pereira, os engenhos de farinha de mandioca são uma criação do “colonizador açoriano”.

“Como já dissemos alhures, e várias vezes em outros capítulos, devemos ao colonizador açoriano o desenvolvimento da tecnologia de produção de farinha de mandioca (...)”⁵⁴.

2.2. Presença dos engenhos de farinha de mandioca nas áreas de colonização italiana em Santa Catarina

Há notícias da presença de engenhos de azenha (movidos por rodas d'água) em vários pontos da Província de Santa Catarina a partir de meados do século XIX. Tendo sido as terras devolutas desta Província colonizadas a partir de núcleos de povoamento dispersos em meio à floresta, as incipientes indústrias de transformação de produtos agrícolas eram vitais à sobrevivência nas colônias. Sua importância para a subsistência dos imigrantes italianos e alemães, em Santa Catarina pode ser notada através da constante referência na historiografia catarinense.

Os engenhos movidos por rodas d'água, ou de azenha, foram utilizados largamente nas áreas de colonização alemã e italiana de Santa Catarina, principalmente a partir da Segunda metade do século XIX. Em

⁵⁴PEREIRA, Nereu do Vale/ Op. Cit., p. 123.

1850, fundava-se a Colônia Blumenau, em 1852, a Colônia Dona Francisca (atual Joinville) e em 1860 a Colônia Itajaí-Brusque. Até o início do século XIX, o povoamento da Província de Santa Catarina, com o elemento europeu, limitava-se ao litoral com os imigrantes açorianos aqui chegados entre 1748-1756 e a Lages com vicentistas que ali estabeleceram um importante entreposto para a captura de gado vacum nos pampas e sua comercialização em Minas Gerais e São Paulo. Ademais, praticamente todo o território catarinense encontrava-se pontilhado por populações tribais que foram dizimadas pelos europeus.

As constantes referências a engenhos de azenha na bibliografia sobre colonização italiana em Santa Catarina nos dão conta de que estas “máquinas rudimentares”⁵⁵, como denominou Aléssio Berri, estiveram intimamente relacionadas ao imigrante italiano em Santa Catarina. Destaca Berri a importância dos “engenhos rudimentares”⁵⁶ para a produção de açúcar, aguardente, melado, farinha de milho e farinha de mandioca nas colônias formadas por imigrantes italianos no Médio Vale do Itajaí-Açú.

⁵⁵ BERRI, Aléssio. *Imigrantes italianos criadores de riquezas*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1993. p. 62.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 18.

Referindo-se também a esta área, Grosselli assinala as dificuldades dos imigrantes italianos recém-chegados em Ascurra e Rodeio, que tiveram um engenho instalado para a moagem do milho somente em 1910⁵⁷. Isto significava a completa dependência aos comerciantes alemães estabelecidos em Timbó, os únicos da região que possuíam engenhos. Os colonos alemães já haviam se estabelecido antes na região do Médio Vale do Itajaí-Açú, especialmente Timbó e Pomerode e instalaram os primeiros engenhos com empréstimos do Governo Provincial. Chegados somente a partir de 1875, os imigrantes italianos já encontraram uma estrutura produtiva montada. Esta estrutura fundava-se na dependência dos colonos italianos, que não dispunham dos meios produtivos necessários ao beneficiamento dos produtos agrícolas produzidos sob o regime da pequena propriedade e do trabalho familiar. Além da esfera da produção, esta dependência também se realizava na esfera da circulação. O comércio dos produtos coloniais - farinha de milho, de mandioca, aguardente, açúcar - estava nas mãos de comerciantes alemães.

Em entrevista concedida a Grosselli, assim se expressou Celso Pasqualini, ancião morador de Rodeio:

⁵⁷ GROSSELLI, Renzo Maria. Op. Cit., p. 471.

“Deviam ir ao moinho que estava em Timbó. Era dos Donner. iam a pé por uma senda na floresta. Às vezes eram mulheres com a criança no colo e o milho. Carregavam um trecho a criança e depois voltavam para pegar o saco de milho.”⁵⁸

Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, em 1854, Blumenau já contava com dois engenhos de açúcar e dois de farinha de mandioca. E Joinville, em 1860, já possuía setenta de farinha de mandioca e trinta e dois de açúcar⁵⁹.

De acordo com Idauro José Cunha, o número de engenhos se elevava para oitenta em 1874 na Colônia Blumenau⁶⁰.

Estes dados demonstram com clareza o largo uso que fizeram destas “máquinas rudimentares” os imigrantes alemães, tanto no Vale do Itajaí, como do Norte do Estado. Este ponto de vista foi corroborado por José Ferreira da Silva, que destaca a importância destes engenhos na produção de açúcar, farinha de mandioca e aguardente como principal fonte de renda dos colonos alemães de Blumenau nos primeiros anos após a

⁵⁸ PASQUALINI, Celso (84), Rodeio, 21/07/84, entrevista concedida a Renzo Maria Grosselli. In: GROSSELLI, Renzo Maria. Op. Cit., p. 472.

⁵⁹ CABRAL, O. R.. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1968. p. 200-223.

⁶⁰ CUNHA, Idauro José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC, 1982. p. 58.

imigração⁶¹.

Em 1875, quando se inicia a imigração italiana para Santa Catarina em grande escala, estes imigrantes já encontraram um sistema produtivo organizado em favor dos imigrantes alemães. Ademais, a crise financeira do Império atinge os empréstimos para a construção dos tão necessários engenhos e força-os a entregarem parte do seu excedente de produção aos proprietários de engenhos já constituídos na região.

Nilson Thomé assinalou a importância dos engenhos de azenha na colonização italiana em Caçador, oeste de Santa Catarina. Refere-se a “moinhos coloniais” ou “molins” “(...) que consistem em mós-de-pedra que pulverizam os grãos, impulsionadas por engrenagens movidas a rodas que giravam com suas pás pela força natural da água de rios e riachos”⁶².

O autor usa a expressão “moinho” em vez de “engenho” porque a Região Oeste de Santa Catarina sofreu forte influência de imigrantes italianos que se deslocaram do Rio Grande do Sul para esta região. No Rio Grande do Sul não se usa a expressão engenho para designar o conjunto de máquinas movidas por força natural (animais ou água) com o fim de beneficiar produtos agrícolas. Segundo Nereu do Vale Pereira, o nome

⁶¹ SILVA, José Ferreira. *História de Blumenau*. Florianópolis: Edeme, 1972. p. 258.

⁶² THOMÉ, Nilson. *História da imigração italiana em Caçador*. Caçador: Universidade do Contestado, 1993. p. 60.

“engenho” para designar este conjunto é usado apenas no Estado de Santa Catarina e foi consolidado ainda durante a colonização açoriana para o litoral catarinense ocorrido entre 1748 e 1756⁶³.

Diferentemente dos significados conferidos à palavra engenho em outras regiões do Brasil, em Santa Catarina ela significa apenas o conjunto de máquinas usado no beneficiamento de produtos agrícolas como cana-de-açúcar, mandioca e milho e o rancho que abriga aquele conjunto.

Gilberto Freyre referia-se às grandes propriedades territoriais do Brasil Colonial com o termo “engenhos”, incluindo nele todo o conjunto de características sociais, políticas e culturais dos latifúndios escravistas monocultores de cana-de-açúcar do Nordeste brasileiro⁶⁴. Não é neste sentido que se emprega o termo “engenho” em Santa Catarina. Historicamente, o termo “engenho” refere-se ao conjunto de máquinas produzidas artesanalmente em madeira com o objetivo de beneficiar produtos agrícolas como: mandioca, milho, cana-de-açúcar, madeira, café e outros.

Agenor Neves Marques nos dá notícias sobre a existência de engenhos movidos por rodas d’água em Urussanga, no sul do Estado,

⁶³ PEREIRA, Nereu do Vale. *Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Cultural Açorianista, 1992. p. 191.

⁶⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala*. 3. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1938.

durante o período do início deste século. O sul de Santa Catarina, os Vales de Itajaí-Açú e Itajaí-Mirim e a região oeste foram os locais em que se concentraram os maiores núcleos de colonização italiana neste Estado⁶⁵.

Ainda com relação ao sul do Estado, há no município de Orleans um “Museu ao Ar Livre”, criado pelo Pe. João Leonir Dall’Alba, onde podem-se ver os vários tipos de engenhos de azenha utilizados por imigrantes italianos em Santa Catarina. O problema nestes casos é que, virando peça de museu, os objetos perdem o que, a nosso ver, há de mais interessante: a relação com a memória das pessoas capazes de lhe conferir significados históricos baseados na experiência pessoal.

Miguel Deretti⁶⁶ nos informa sobre a utilização de engenhos movidos por bois (engenhos de cangalha) em Luís Alves, norte do Estado, importante núcleo de colonização italiana próximo à Foz do Itajaí-Açú. Neste caso, o que impediu a utilização da roda d’água foi a escassez de cursos d’água, haja visto que este município situa-se quase na faixa litorânea do Estado, fato que também facilitou os contatos com os descendentes de imigrantes açorianos do litoral, que utilizavam, por excelência, o engenho tocado por boi, ou “engenho de cangalha”.

⁶⁵ MARQUES, Agenor Neves. *História de Urussanga*. Urussanga: Prefeitura Municipal, [s.d.]. p. 143.

⁶⁶ DERETTI, Miguel. *Luís Alves nos apontamentos de Miguel Deretti*. Joinville: do autor, 1996. p. 88.

Jonas Cadorin nos dá notícias sobre a importância dos engenhos de azenha para a sobrevivência dos colonos italianos de Nova Trento, um dos quatro distritos que formavam a ex-Colônia Itajaí-Brusque. Nova Trento situa-se a cerca de 15 km a sudoeste de Limeira, já no Vale do Rio Tijucas. Nas áreas rurais mais afastadas do centro urbano de Nova Trento, ainda podem-se ver alguns engenhos de azenha em funcionamento nos dias atuais, embora Cadorin afirme que “são raros os engenhos que ainda funcionam”⁶⁷. Argumenta que a desativação dos engenhos se deu em função da concorrência dos produtos industrializados.

Na historiografia catarinense, especificamente no que se refere à colonização europeia do século XIX, especialmente na Região do Vale do Itajaí-Mirim, tem-se destacado o conceito de “colônia”, usado por Giralda Seyferth em seus estudos sobre colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim.

O termo “colônia” é usado por Seyferth como sinônimo da pequena propriedade, o lote colonial, vendido ao imigrante, medindo em média de 25 a 30 hectares. Mas não é apenas o lote, incluem-se aí a casa, horta, ranchos, as plantações, paióis para armazenamento de produtos agrícolas e engenhos.

⁶⁷ CADORIN, Jonas. *Nova Trento outra vez*. Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992. p. 94.

“A pequena propriedade policultora, na qual o trabalho agrícola é realizado pelos membros da família, constitui a peça fundamental, tanto no período pioneiro da colonização como hoje”⁶⁸.

Assim, o termo “colônia” designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como a pequena propriedade do colono.

Na citada obra, a autora define engenhos como: “construções de madeira, próximas a algum córrego, com utilização de roda d’água e a parte mecânica toda feita em madeira e pedra”⁶⁹. E avalia sua importância como: “parte fundamental do sistema econômico camponês implantado no Sul do Brasil”⁷⁰.

Sobre a existência destes engenhos atualmente, Seyferth explica que em áreas fortemente industrializadas como o Vale do Itajaí, seu número decresceu muito, mas naquelas que permaneceram exclusivamente rurais, ainda são bastante comuns...”⁷¹.

A autora destaca os engenhos como “parte fundamental do

⁶⁸ SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990. p. 24.

⁶⁹ Ibidem, p. 27.

⁷⁰ Ibidem, p. 26.

⁷¹ Ibidem, p. 27.

sistema econômico camponês implantado no Sul do Brasil”⁷². Entretanto, sabemos muito pouco ou quase nada sobre as especificidades históricas destes engenhos nas áreas de colonização italiana e alemã em Santa Catarina.

Em um trabalho específico sobre o Vale do Itajaí-Mirim, Seyferth dedicou algumas páginas às “indústrias derivadas da lavoura”⁷³, como ela conceituou os engenhos. Para a autora, os engenhos foram indústrias domésticas derivadas da lavoura, baseadas na força de trabalho familiar, parte fundamental da “colônia”, pois garantia o beneficiamento da produção agrícola destinada quase totalmente ao auto-consumo da família e, eventualmente, um excedente era comercializado. A comercialização deste excedente era feita através das “vendas” que monopolizavam a distribuição das mercadorias vindas da cidade (roupas, ferramentas, munição) em direção às colônias e compravam a pequena produção dos colonos para revender na cidade.

Assim, os vendedores (proprietários de vendas), para Seyferth, foram os maiores protagonistas no processo de acumulação de capital que resultaria algumas décadas mais tarde no surgimento da indústria têxtil

⁷² Ibidem, p. 24.

⁷³ SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto alegre: Movimento, 1974. p. 67.

brusquense.

Outras questões, no entanto, podem ser consideradas. A importância econômica dos supracitados engenhos é uma delas. Percebe-se que, embora eles apareçam em quase todas as obras sobre a história da região, pouco se sabe especificamente sobre eles.

Roselys Isabel Corrêa dos Santos ressaltou a importância das serrarias movidas por rodas d'água, os "engenhos de serra" como uma das alternativas econômicas dos colonos italianos na Região do Vale do Itajaí-Mirim⁷⁴.

Maria Luiza Renaux Hering, que se propôs a escrever a história do desenvolvimento econômico do Vale do Itajaí, escreveu muito pouco sobre os engenhos. Para a autora, estes engenhos eram movidos por força animal, fato este que a coloca na situação de única historiadora a defender tal idéia. Certamente Hering referiu-se aos "engenhos de cangalha", típicos do litoral catarinense, onde predominou a colonização açoriana⁷⁵.

Sobre os engenhos de cangalha do litoral catarinense,

⁷⁴ SANTOS, Roselys Isabel Corrêa. *Colonização italiana no Vale do Itajaí-Mirim*. Florianópolis: UFSC, 1979. (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 1979. p. 65.

⁷⁵ HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: FURB, 1987. p. 43.

especialmente da Ilha Capital, há o livro de Nereu do Vale Pereira⁷⁶. Primeira obra dedicada especificamente aos engenhos de farinha de mandioca, o livro de Pereira objetiva uma minuciosa descrição etnográfica destes engenhos. A preocupação do autor é sua descrição no presente, sem procurar compreender o lugar ocupado por aqueles engenhos no quadro mais amplo do desenvolvimento econômico-social da região em que se inseriam. Por este motivo, conceitua-os enquanto: “folclore ecológico” ou “sistemas tradicionais de produção agroindustrial”⁷⁷. Esta conceituação parte da observação atual dos engenhos de cangalha da Ilha de Santa Catarina e do litoral catarinense, buscando apreendê-lo enquanto “peças de museu”, que devem ser preservadas em locais específicos para este fim. Ou ainda, registrá-los minuciosamente para que possam ser reconstruídos em qualquer tempo.

Este não é o objetivo desta pesquisa. O que procuramos é dar visibilidade à história dos engenhos de Limeira, através da observação de seu funcionamento nos dias atuais e das narrativas orais dos limeirenses, historicizando-os.

O problema que talvez mais chame a atenção com relação ao

⁷⁶ PEREIRA, Nereu do Vale. *Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina: etnografia catarinense*. Florianópolis: Fundação Cultural Açorianista, 1992.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 11.

modo como os engenhos aparecem na historiografia catarinense é a ausência de uma conceituação mais rigorosa, que escape ao senso comum. Pelo fato de ainda existirem alguns destes engenhos em comunidades rurais como Limeira e em museus, como o Museu ao Ar Livre de Orleans, ou o Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, eles estão muito presentes na memória dos catarinenses. Nossos pais e avós conheceram e alguns até trabalharam nestes engenhos. Mesmo as gerações mais jovens, que não conheceram engenhos em funcionamento, têm deles notícia por meio de narrativas orais dos familiares. Isto nos deixa muito próximos do objeto de estudo e torna difícil sua apreensão teórica, pois corre-se o risco de usar uma expressão por demais regionalista, enraizada na memória coletiva de populações que fizeram largo uso da palavra “engenho” para significar um objeto bastante específico de seu contexto histórico ao longo de várias gerações.

Em Santa Catarina, os engenhos surgem historicamente na segunda metade do século XVIII, atingem seu apogeu no final do século XIX e desaparecem na segunda metade do século XX. Os 200 anos de história em solo catarinense fizeram da palavra “engenho” uma expressão carregada de significados históricos.

Assim, Nereu do Vale Pereira se refere aos “engenhos”

catarinenses: “(...) basta dizer-se ‘engenho’ para todos saberem que se está referindo à máquina de fabricar farinha de mandioca”⁷⁸. A definição carece de crítica conceitual, pois baseia-se no pressuposto de que a memória coletiva seja homogênea e igual para “todos”. Sabemos que não. Ela é carregada por grupos vivos e sobrevive onde estes grupos mantêm um certo grau de coesão social⁷⁹. A família é o principal grupo a perpetuá-la, especialmente em comunidades rurais. Nos centros urbanos é raro que alguém tenha conhecido um engenho. Ademais, um engenho não é apenas uma máquina de fabricar farinha de mandioca, ele também pode produzir açúcar, aguardente, energia elétrica, moer café, milho etc.. Ainda seria necessário perguntar a que tipo de “engenho” se está referindo: os de cangalha, ligados à colonização açoriana, típicos do litoral, ou os de azenha ligados à colonização europeia do século XIX para o interior catarinense. Embora a memória seja uma importante fonte para o conhecimento dos engenhos, ela tem que passar pelo crivo da crítica conceitual do historiador, ou redundará em senso comum.

Assim, parece-nos relevante historicizar os engenhos de Limeira não apenas para melhor compreender a história desta comunidade ítalo-brasileira do Vale do Itajaí-Mirim. Mas também para melhor situar

⁷⁸ PEREIRA, Nereu do Vale. Op. Cit., p. 191.

⁷⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, n. 10, p. 7, dez. 1993.

historicamente a importância dos engenhos de azenha para a sobrevivência dos imigrantes italianos da Colônia Itajaí-Brusque.

3. OS ENGENHOS DE LIMEIRA

Atualmente existem oito engenhos de farinha de mandioca na comunidade de Limeira Alta. São os engenhos de: Osvaldo Fusão, Bento Joanini, Teodorico Lana, Arnaldo Forbes, Martinhano Bertolini, Arno Pretti, Dalério Caviquiolli e Rosa Dallago Benvenuti.

Destes, apenas os de Osvaldo Fusão e Bento Joanini não são mais movidos por rodas d'água, mas por motores elétricos. Todos os demais permanecem nos mesmos moldes tecnológicos do final do século XIX, quando foram construídos em Limeira Alta os primeiros engenhos.

Dos seis engenhos que mantêm a tecnologia tradicional, caracterizada pelo uso de rodas d'água e engrenagens de madeira, quatro são economicamente ativos: os de Martinhano Bertolini, Arno Pretti, Teodorico Lana e Arnaldo Forbes. Estes produzem para o consumo familiar e um eventual excedente é comercializado. A força de trabalho é familiar.

Os engenhos de Dalério Caviquiolli e Rosa Dallago Benvenuti constituem casos especiais. São mantidos como memória das famílias de seus proprietários. O engenho da família Dallago-Benvenuti transformou-

se recentemente em ponto turístico regional, com a criação da “Festa da Farinha” que ocorre em seu interior e arredores.

4. O ENGENHO DOS BERTOLINI

Este é um dos mais antigos e, sem dúvida, o mais completo engenho de Limeira. Nele, ainda se produz farinha de mandioca, farinha de milho, açúcar, café torrado e moído, serra-se madeira e, até recentemente (menos de dez anos), também gerava-se energia elétrica para a “colônia”.

Seguem algumas figuras:

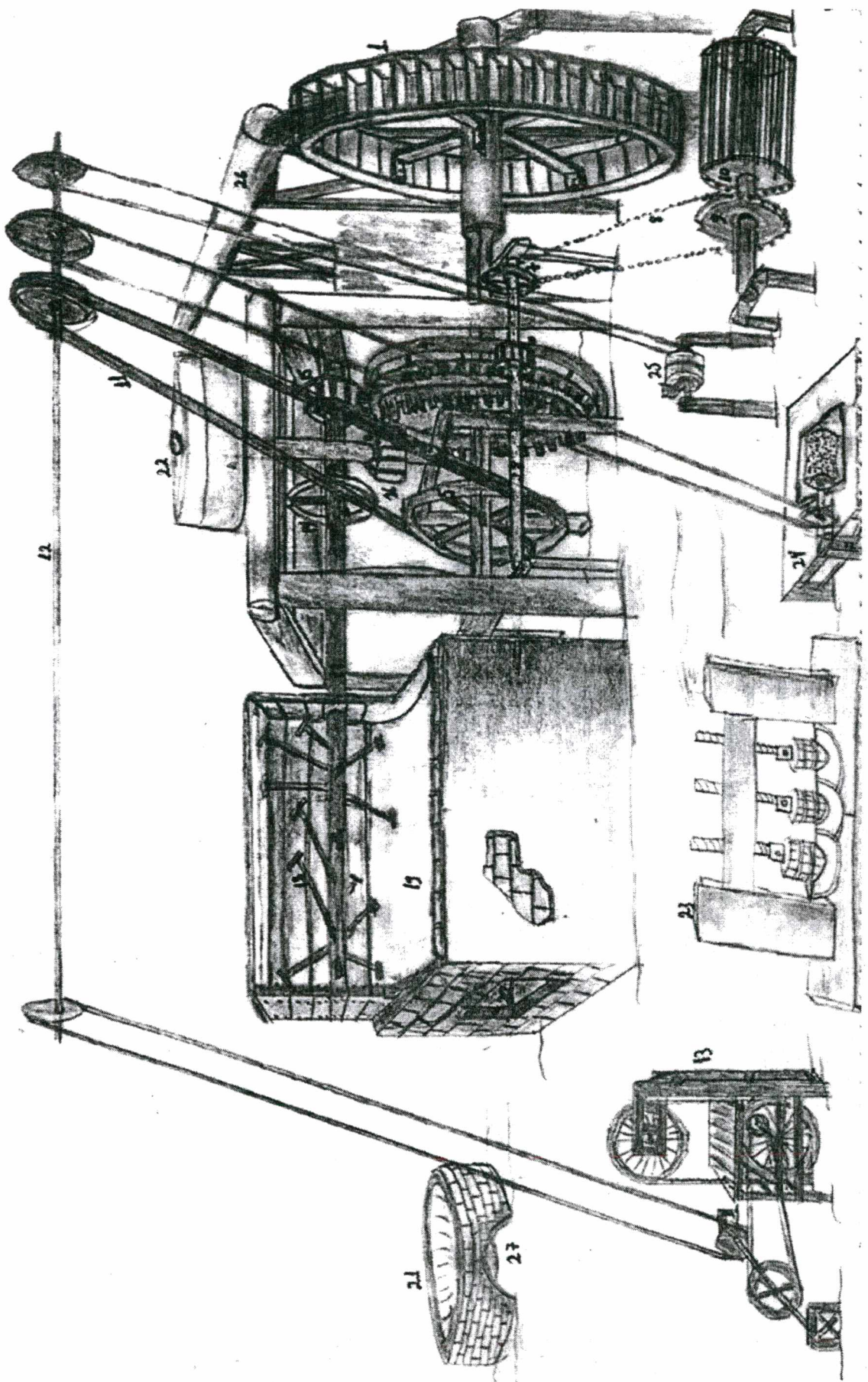


Figura 4: Engenho de farinha, açúcar, fubá (atafona) e de serra, da família Bertolini.
Fonte: do autor.

- 1 - Roda d'água
- 2 - Dentição lateral da engrenagem mestra
- 3 - Dentição frontal da engrenagem mestra
- 4 - Polia lisa lateral da engrenagem mestra
- 5 - Polia mestra do diferencial
- 6 - Rodete do diferencial do descascador de mandioca
- 7 - Polia cavada do diferencial do descascador de mandioca
- 8 - Corrente transmissora da polia do diferencial para a polia do eixo do descascador de mandioca
- 9 - Polia do eixo do descascador de mandioca
- 10 - Descascador de mandioca
- 11 - Correia da polia mestra do diferencial
- 12 - Diferencial mestre
- 13 - Serra fita
- 14 - Polia do peneirador da massa de mandioca
- 15 - Rodete do diferencial do forno
- 16 - Rodete do eixo da atafona
- 17 - Diferencial do forno
- 18 - Pás do forno
- 19 - Lastro arredondado do forno
- 20 - Fornalha do forno de farinha de mandioca
- 21 - Forno de açúcar
- 22 - Atafona
- 23 - Prensa da massa de farinha de mandioca
- 24 - Sevador
- 25 - Moinho de café
- 26 - Tubo condutor de água da lagoa para a roda d'água
- 27 - Fornalha do forno de açúcar

A figura 4 mostra o plano interno do engenho da família Bertolini. Seu funcionamento se dá da seguinte forma: a roda d'água (1), movimenta através de seu eixo a engrenagem mestra, que é um conjunto de três peças: uma dentição lateral (2), uma dentição frontal (3) e uma polia lisa lateral (4). A dentição lateral (2) movimenta o rodete do eixo da atafona (16), que por sua vez, movimenta a atafona (22). Repare na figura 5 a engrenagem mestra e o rodete do eixo da atafona:



Figura 5: Engrenagem mestra e rodete do eixo da atafona do engenho dos Bertolini, em Limeira, ago. 1996.

Fonte: do autor.

A atafona é um conjunto formado por duas pedras circulares: uma inferior fixa e outra superior móvel. Um eixo acionado pelo rodete (16) atravessa a pedra inferior fixa e faz girar a pedra superior móvel. Entre elas são depositados os grãos de milho secos. O movimento da pedra superior mói os grãos produzindo a farinha de milho ou fubá. Há uma regulagem que possibilita graduar a espessura da farinha: fina, grossa ou picada para ração de animais. Além de servir a família, a atafona dos Bertolini podia também ser usada para beneficiar o milho de outras

famílias, mas neste caso o proprietário do engenho deveria receber uma “renda” em espécie à proporção de 4 por 1. Ou seja, de cada quatro sacas de milho que fossem beneficiadas uma ficava no engenho.

A dentição frontal da engrenagem mestre (3), que está bem visível na figura 5, movimenta o rodete do diferencial do descascador de mandioca (6), que pode ser visto em detalhe na figura 6. Este, por sua vez, movimenta o diferencial do descascador de mandioca (28), este a polia (7) que através da corrente (8) movimenta outra polia (9), fazendo girar o descascador de mandioca (10).

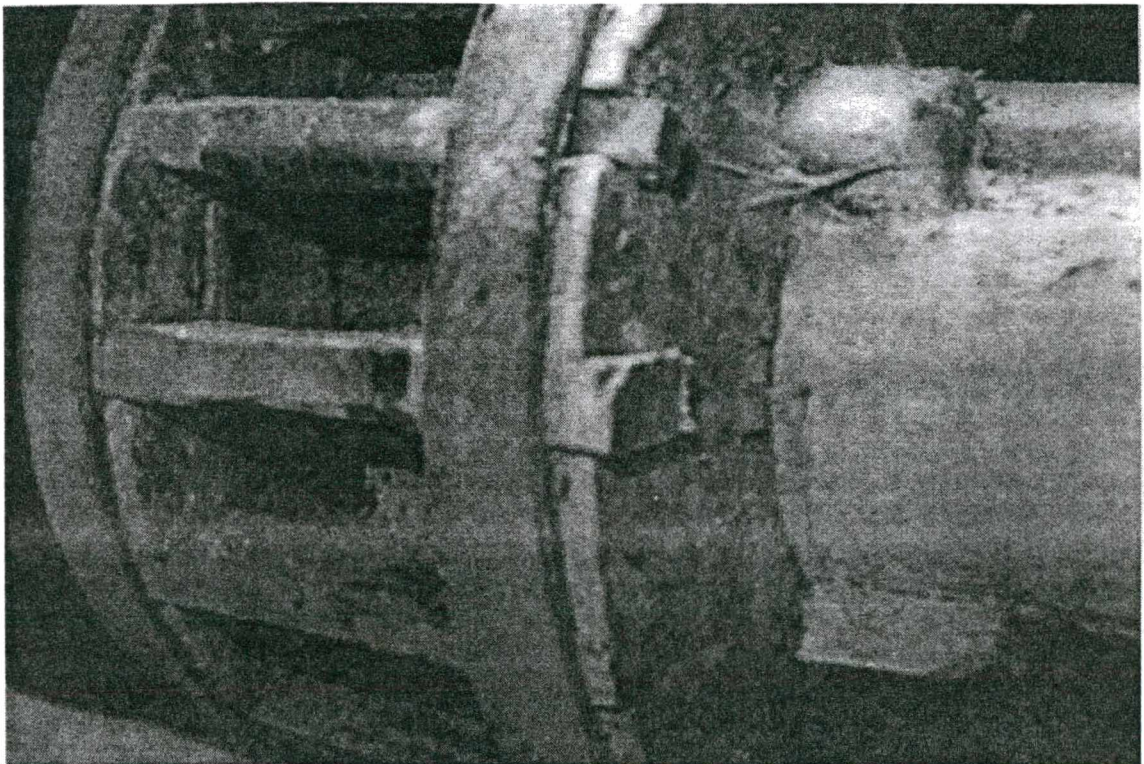


Figura nº 6: Em detalhe, o rodete do diferencial do descascador de mandioca no Engenho Bertolini, em Limeira, ago. 1996.

Fonte: do autor.

A polia mestra do diferencial (5) faz girar através da correia de couro (11) o diferencial mestre (12), que movimenta três peças: a serra fita (13), o seivador (24) e o moinho de café (25). O seivador é um conjunto composto de mesa e um cilindro de madeira recapado com lata perfurada. Seu objetivo é ralar a raiz da mandioca. O moinho de café tem um funcionamento similar ao da atafona, só que trabalha no sentido vertical. Aí são introduzidos os grãos de café torrados para serem moídos. O conjunto do forno é formado por uma base de alvenaria, sobre a qual se deposita uma chapa de metal (geralmente cobre) em formato de “U” que tem por objetivo torrar a farinha. O conjunto de pás (18) acionadas pelo rodete do diferencial do forno (15) visa revolver a farinha dentro do forno para que não queime. O forno de açúcar é composto por uma chapa de cobre (21) côncava depositada sobre uma base de alvenaria em forma circular com uma abertura lateral para servir como fomalha (27).

Toda a produção do engenho era de base familiar. As diversas finalidades do engenho demonstram bem o tipo de atividade agrícola desenvolvida na “colônia”: a policultura conjugada com a extração de madeira e a criação de animais. A produção de farinha de milho visava o consumo interno, para alimentação humana ou de animais. Um eventual excesso poderia ser vendido. Dificilmente era estocado, pois o “fubá” é um

produto facilmente perecível, especialmente nas condições climáticas dos vales de Limeira, úmidos e quentes. O açúcar chegou a desempenhar papel de destaque na economia dos descendentes de imigrantes de Limeira. Mas sua importância nunca chegou a ultrapassar a da produção de farinha de mandioca. Mesmo assim, nos engenhos maiores, chegou-se a produzir até 60 barricas de açúcar por ano. A barrica, usada na época em Limeira, tinha capacidade para 120Kg, o que perfaz um total de 7.200Kg. Este era o caso do engenho dos Bertolini, mas, atualmente, segundo seu Martinhano, só se produz para o consumo doméstico.⁸⁰

⁸⁰ BERTOLINI, Martinhano (64). Entrevistado em 14 jun. 1996. Limeira, Brusque, SC.

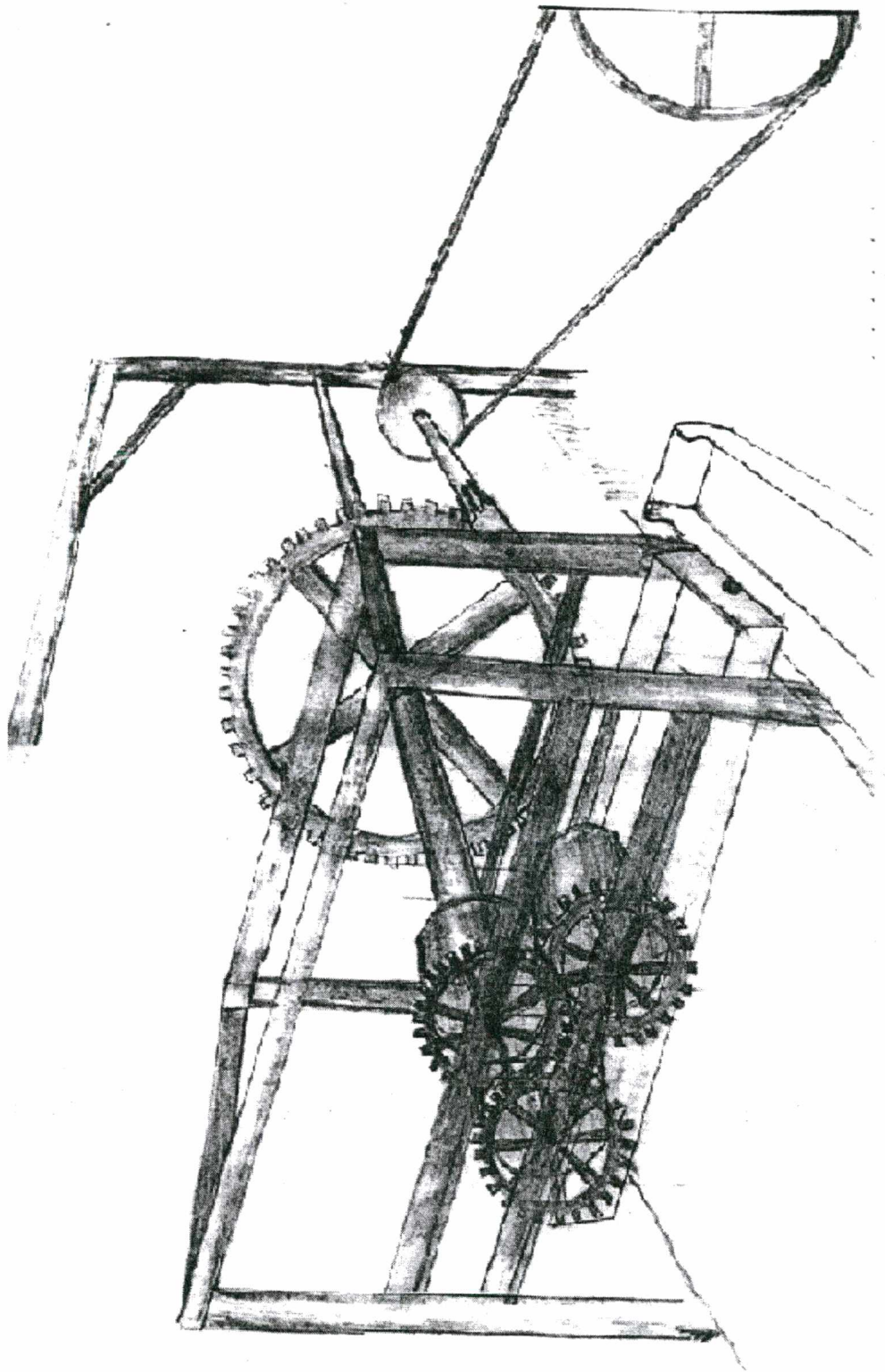


Figura 7: Engenho de açúcar da família Bertolini. Plano posterior.
Fonte: do autor.

A Figura 7 mostra o engenho de açúcar da família Bertolini. Seu funcionamento é simples: a polia que se vê parcialmente no desenho é a polia lisa lateral da engrenagem mestra (4), observada na figura 4. Este engenho situa-se estrategicamente na parte posterior do engenho de farinha. Uma correia lisa sai da polia da engrenagem mestra e se comunica com o engenho de açúcar, fazendo-o movimentar-se. Quando esta polia está em funcionamento, todas as demais peças do engenho devem estar desligadas, caso contrário, a potência da roda d'água não será suficiente para movimentá-lo. Os três cilindros de ferro que se pode ver na figura têm por função moer a cana-de-açúcar, do que resulta a guarapa ou caldo-de-cana. Obtido este caldo, deve-se ferventá-lo no forno (21) até que se elimine a água e forme-se um caldo grosso e pastoso. Em seguida, este deve ser resfriado e colocado em barricas de madeira com minúsculas perfurações para que o açúcar seja purgado, ou seja, elimine o restante da parte líquida e fique somente os cristais de açúcar no seu interior. Os coxos que se vêem embaixo da moenda têm como objetivo servir como depósito para o caldo-de-cana até que este vá para o forno.

O engenho de açúcar dos Bertolini é o único ainda em funcionamento em Limeira. Mesmo assim, só produz para o consumo doméstico. Segundo seu Bertolini, a atividade açucareira de Limeira decaiu

muito porque exige vastas extensões de terra para o plantio da cana. A produção em pequena escala não é compatível com esta atividade.⁸¹

O engenho era, e em alguns casos ainda é, um elemento essencial nas atividades das “colônias” que se formaram em Limeira. Para ele tendiam quase todas as atividades desenvolvidas na “colônia”. Do movimento ritmado da roda d’água dependia também o ritmo da vida nas “colônias”. Principalmente durante a época da “farinhada” (abril a agosto), quando era modificada toda a rotina da vida em função da produção da farinha. Disto dependeria a sobrevivência da família durante o ano. Uma vez acabada a produção da farinha, a palavra de ordem era cuidar da nova safra para o próximo ano e preparar o plantio de outra safra, pois a mandioca é uma cultura que só está boa para a colheita num período de dois anos após o plantio.

Além da mandioca, outras culturas mereciam a atenção dos limeirenses: milho, feijão, cana-de-açúcar, hortaliças, arroz, etc.. O objetivo era depender o menos possível. Eram, no entanto, na maioria dos casos, culturas complementares à da mandioca, culturas de subsistência.

⁸¹ BERTOLINI, Martiniano (64). Entrevistado em 14 jun. 1996. Limeira, Brusque, SC.

5. ORIGEM DA TECNOLOGIA DOS ENGENHOS DE AZENHA DE LIMEIRA

Usher demonstrou em um minucioso estudo sobre a história das invenções mecânicas, que na Itália do Século I já se praticava com abundância a moagem de grãos, especialmente o trigo, usando-se moinhos acionados por rodas d'água:

“Existe uma passagem na *Natural History* de Plínio (75 d.C.) que descreve os tipos de moagem praticados na Itália naquela época “Na maior parte da Itália, um pilão tosco é usado, ou rodas movidas pela água e algumas vezes também elas empregam o propósito do moinho”.⁸²

Aperfeiçoados principalmente no século IV, tendo a Itália como um dos mais importantes centros irradiadores, os moinhos d'água proliferaram-se durante o período feudal por toda a Europa, sendo ainda comuns no século XIX⁸³: “Esses moinhos estavam em uso em grandes

⁸²USHER, Abbot Payson. *Uma História das Invenções Mecânicas*. Campinas: Papirus, 1993. p. 224.

⁸³Ibidem, p. 225.

áreas da Europa mesmo no fim do século XIX (...).”

Como argumenta Usher, os moinhos d’água estavam em uso “em grandes áreas da Europa mesmo no fim do século XIX”⁸⁴, exatamente no momento em que ocorria a imigração italiana para Santa Catarina: o último quartel do século XIX. Em solo catarinense, estes imigrantes tiveram que adaptar a tecnologia dos moinhos d’água à produção de farinha de mandioca. No momento em que o capitalismo triunfante colocava em xeque a existência destes moinhos lá na Europa, foram trazidos pela grande vaga da imigração Européia do século XIX para as florestas brasileiras. Em Santa Catarina, especialmente em Limeira, podem ainda ser observados em funcionamento nos dias atuais.

As técnicas de construção dos engenhos de Limeira foram transmitidas de uma geração a outra, como argumenta Ivanilde Benvenuti, nascida em Limeira e residindo atualmente em Florianópolis:

“É porque o avô nosso já era carpinteiro. Ele se chamava Germano Benvenuti. O nosso pai, Germano Vitório Benvenuti também foi carpinteiro construtor de engenhos. Era assim, passava de pai pra filho. Nosso avô imigrou da Itália para o Brasil com 9 anos de idade”⁸⁵.

⁸⁴ Ibidem, p.225.

⁸⁵ BENVENUTTI, Ivanilde (50). Entrevistada em 14 abr. 1996, Limeira, Brusque, S. C..

A fala de Ivanilde é confirmada por Grosselli, que corrobora a entrada do imigrante Germano Benvenuti na Colônia Itajaí-Príncipe Dom Pedro (Brusque)⁸⁶, proveniente de Nomi, no Trentino, Norte da Itália, em 1875.

⁸⁶ GROSSELLI, Renzo Maria. Op. cit., p. 546.

6. IMPORTÂNCIA DOS ENGENHOS NO DESENVOLVIMENTO DA COLÔNIA BRUSQUE NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XIX

Escolhi o ano de 1875 como ponto de referência para falar da importância dos engenhos movidos por rodas d'água para o desenvolvimento econômico e social da Colônia Brusque, porque foi o momento em que teve início a imigração italiana na Região do Vale do Itajaí-Mirim. A então "Linha Colonial Limeira" começava a receber as primeiras famílias italianas, que vinham de vários povoados da Região do Trentino, norte da Itália. Os Torresani saíram de Rumo, os Bertolini, de Mori; os Pretti, de Cagno; os Benvenuti, de Nomi; os Dallago, de Leifers; os Zen, de Roncegno⁸⁷. Não me preocupei em oferecer a listagem completa das famílias ítalo-brasileiras de Limeira, com as respectivas origens, por não ser este o objetivo maior desta pesquisa, mas devo citar ainda as famílias: Caviquiolli, Pradela, Lana, Vecchi, Lombardi, Joanini, Noldin e Minella.

Quando os imigrantes italianos começaram a chegar em Limeira,

⁸⁷ De acordo com listagens de imigrantes fornecidas por Grosselli em: GROSSELLI, Renzo Maria. Op. cit., p. 502-584.

esta era habitada apenas por dois fazendeiros: Teodoro Deeke e Belmiro de Tal, que possuía uma serraria no local⁸⁸. Já na década de 1840 havia uma picada ligando Limeira ao Vale de Tijucas, passando pela Serra do Moura, onde havia sido fundada a Colônia Flor da Silva, em 1843, por Manoel Floriano da Silva⁸⁹. Nesta colônia predominavam descendentes de luso-açorianos do litoral catarinense (Tijucas). Os imigrantes italianos de Limeira encontrariam, ao chegar, a via de acesso à antiga colônia Flor da Silva em melhores condições do que a que ligava Limeira à sede da Colônia Brusque. Isto facilitou os contatos comerciais e culturais entre os imigrantes italianos de Limeira e os descendentes de luso-açorianos da Serra do Moura.

Os contatos com o povoado do Moura, formado pelos remanescentes da antiga Colônia Flor da Silva, que tinham forte tradição cultural de base açoriana do litoral catarinense, tiveram grande influência sobre os imigrantes italianos recém-assentados em Limeira.

Tiveram os imigrantes que se adaptar ao novo ambiente, à agricultura da região, enfim, à cultura das populações com as quais era imperativo interagir para garantir sua sobrevivência. E esta dependia, em

⁸⁸ De acordo com:

CABRAL, O. R.. *Brusque*: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do império. Brusque: Sociedades Amigos de Brusque, 1958. p. 7.

⁸⁹ ROUVER, Vanderlei. *Canelinha de Tijucas Grande*. Canelinha: Prefeitura Municipal, 1988. p. 78.

primeiro lugar, de uma cultura que não exigisse solo fértil, irrigado e plano, pois os lotes coloniais vendidos aos imigrantes italianos de Limeira não poderiam ser piores para a agricultura:

“Meteram-se aqui num lugar onde não batia nem sol e nem chuva, os imigrantes. Nem lua! Os alemães vieram na frente, pegaram tudo o melhor, as várzeas. E os italianos chegaram e pegaram os morros. Essas várzeas aí prá baixo é tudo dos alemães. Italiano não ganhou, já tinha dono”⁹⁰.

Assim expressou-se o ancião Dalério Caviquiolli, do alto dos seus 93 anos de idade vividos em Limeira. Muito querido e respeitado pelos limeirenses, “Dalerinho”, como é carinhosamente chamado, foi o primeiro nome a ser indicado para contar suas memórias sobre Limeira.

A mandioca é uma raiz que se adapta bem a qualquer terreno. Leva cerca de dois anos para ser colhida, e uma vez transformada em farinha é capaz de resistir mais de um ano estocada longe da umidade. Os agricultores da Serra do Moura conheciam bem o cultivo desta raiz e o

⁹⁰ CAVIQUIOLLI, Dalério (93). Entrevistado em 9 mar. 1996, Limeira, Brusque, SC.

preparo de sua farinha. Estes conhecimentos foram vitais para a adaptação dos imigrantes às condições naturais do íngreme Vale do Ribeirão da Limeira.

O mais curioso disto tudo é que não é nem um pouco comum encontrarem-se colônias de ítalo-brasileiros com tanta familiaridade com a farinha de mandioca quanto os limeirenses⁹¹. Na Colônia de Vígolo, em Nova Trento, por exemplo, o imigrante e seus descendentes dedicaram-se à vinicultura, atividade que já exerciam na Itália, embora também haja aí engenhos de farinha de mandioca. Não apenas no Vígolo, mas em várias comunidades rurais neotrentistas ainda podem ser vistos engenhos de farinha de mandioca tocados a água⁹². No entanto, a produção de vinhos e a criação do bicho da seda, tradicionais atividades ligadas ao imigrante italiano, tiveram muito maior importância no desenvolvimento econômico deste município do que a farinha de mandioca⁹³.

⁹¹ Grosselli, por exemplo, argumenta que: “Os imigrantes italianos a chamavam ‘farinha de madeira’ e não a apreciavam muito”. Ver:

GROSSELLI, Renzo Maria. Op. cit., p. 264.

Para Rovílio Costa, os imigrantes italianos consideravam a farinha de mandioca “farinha podre”. Ver: COSTA, Rovílio. *Valores da imigração italiana cem anos após*: Estudos. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979. p. 206.

⁹² CADORIN, Jonas. *Nova Trento outra vez*. Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992. p. 94.

⁹³ SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Trentinos em Santa Catarina: a evolução econômica de Nova Trento, 1875-1960*. Dissertação (mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.

Em Limeira a história tomou outro rumo. Ao invés de seda e vinhos os limeirenses se especializaram na produção da farinha de mandioca e da cachaça. E na mesa, pirão d'água e peixe frito ganharam os lugares da tradicional polenta com queijo.

Isto, todavia, não foi obra do acaso, mas fruto da dinâmica cultural de uma colônia de ítalo-brasileiros que teve de enfrentar muitos obstáculos na luta pela sobrevivência na nova terra.

O primeiro destes obstáculos foi a falta de engenhos para transformar os produtos agrícolas (mandioca, cana-de-açúcar e milho) em farinha de mandioca, açúcar e fubá. Pelo que informaram os limeirenses, nos primeiros anos após a chegada em Limeira, os imigrantes italianos tiveram que se dedicar à extração de madeira nativa e vendê-la na sede da Colônia Brusque, aos comerciantes alemães como único meio de sobrevivência⁹⁴.

Construir um engenho demandava a acumulação de uma soma de capitais muito elevada para os empobrecidos imigrantes italianos. A madeira era a única maneira de conseguir algum dinheiro e a pequena agricultura policultora familiar garantia o consumo de alimentos da família.

⁹⁴ Conforme entrevista concedida por Victor Bertolini, em 15 maio 1996, Limeira, Brusque.

Pelo que indicam as entrevistas de netos e filhos de imigrantes⁹⁵, o beneficiamento dos produtos agrícolas era feito, neste primeiro momento, depois da chegada em Limeira, nos engenhos já existentes na circunvizinhança, principalmente no povoado do Moura. A tradição farinocultora deste povoado está ligada à origem dos indivíduos que ali habitavam. Provinham da Região de Tijucas, litoral do Estado, onde existia uma intensa atividade farinocultora através dos engenhos de cangalha (movidos por tração animal), criação do colonizador açoriano que predominava no litoral catarinense.

No povoado do Moura, a tradição açoriana falou mais alto que a geografia da região, fortemente acidentada e rica em quedas d'água, ótimos atrativos para a utilização da energia hidráulica através de rodas d'água. Ali construíram-se engenhos do tipo cangalha, como estavam habituados a construir os carpinteiros do litoral.

Em Limeira, a história tomaria um rumo bem diferente. Aqui, geografia e tradição cultural convergiram, pois a inclinação do terreno, entrecortado por córregos que formam quedas d'águas naturais, constitui

⁹⁵ Optei por entrevistar os mais idosos, quase todos de terceira geração, ou seja, netos de imigrantes. Esta afirmação baseia-se na entrevista da Sra. Alvina Noldin Torresani (85), filha do imigrante Ângelo Noldin, entrevistada em 03 mar. 1996, Limeira, Brusque.

ambiente extremamente favorável à utilização da roda d'água, da qual fazia-se largo uso na Itália do século XIX, como demonstrou Usher⁹⁶.

6.1. Construção dos primeiros engenhos

É difícil precisar exatamente a data em que foi construído o primeiro engenho de farinha de mandioca em Limeira, mas é certo que foi construído na última década do século XIX.

Uma inscrição, encravada na prensa do engenho do Sr. Dalério Caviquiolli indica o ano de 1896. Feita à “ponta de canivete”, a inscrição aparenta antigüidade, mas segundo o Sr. Dalério, a peça na qual está gravada lhe pertence desde a década de 1930, quando foi comprada de um morador da região⁹⁷.

De acordo com o Sr. Dalério Caviquiolli, o primeiro engenho erguido em Limeira é o que hoje pertence a Teodorico Laci Lana (50), construído pelo imigrante Henrique Dallago, avô materno do Sr. Dalério.

Este engenho ainda funciona atualmente, completamente movido

⁹⁶ USHER, Abbot Payson. *Uma história das invenções mecânicas*. Campinas: Papirus, 1993. p. 225.

⁹⁷ CAVIQUIOLLI, Dalério (93). Entrevistado em 03 mar. 96, Limeira, Brusque.

pela força de uma roda d'água. É mais simples que o engenho dos Bertolini. Um conjunto de engrenagens de madeira recebe a força motriz da roda d'água e a transmite para quatro máquinas: o descascador de mandioca, a sevadeira, o forno e a atafona (moinho de fubá).

Comparando-se os dois engenhos, percebe-se que foram construídos em dois momentos diferentes: o engenho de Teodorico Lana foi construído pela primeira geração de carpinteiros, que tiveram como principais representantes os imigrantes Henrique Dallago e Germano Benvenuti: “Foi meu avô, Henrique Dallago, que construiu aquele engenho ali que hoje é do Pita (Teodorico Lana), foi ele que ensinou o Vittório Benvenuti”⁹⁸.

Já o engenho dos Bertolini foi construído posteriormente, talvez no início deste século, pela segunda geração de carpinteiros: Luís Minella e um certo “Pepo Pado”⁹⁹. Também faziam parte desta segunda geração, os carpinteiros Vittório Benvenuti (filho de Germano) e seu filho Germano José Benvenuti.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ BERTOLINI, Martiniano (64). Entrevistado em 22 maio 1996, Limeira, Brusque.

6.2. Engenho e venda

Uma das questões mais obscuras na historiografia sobre a Colonização do Vale do Itajaí-Mirim é a relação entre a produção manufatureira dos pequenos proprietários (colonos) e os comerciantes locais: os vendeiros.

Os vendeiros, segundo Giralda Seyferth, foram os principais responsáveis pelo processo de acumulação de capitais, que acarretaria posteriormente a industrialização no município de Brusque. Isto foi possível porque o vendeiro monopolizava as atividades comerciais de sua área de atuação, comprando os produtos coloniais produzidos pelos colonos (farinha de mandioca, de milho, açúcar, aguardente) e revendendo na cidade. Em contrapartida, revendia as mercadorias adquiridas na cidade a preços muito elevados, que o colono era obrigado a pagar ou teria que se deslocar dezenas de quilômetros para adquiri-las na cidade. A venda também funcionava como banco, mas era o colono quem pagava juros ao vendeiro para que este “guardasse” suas economias. A autora sugere, portanto que:

“(...) só os comerciantes que atuavam nas vilas e cidades tiveram condições de acumular capital suficiente para iniciar outras atividades. Mais precisamente, só eles tiveram condições de implantar a atividade industrial em escala maior do que a simples ‘fábrica de fundo de quintal’”¹⁰⁰.

Mais adiante a autora qualifica os engenhos de: “artesanato de transformação”¹⁰¹, e ainda na mesma página: “oficinas de artesãos”¹⁰². O que contribui ainda mais para aumentar a confusão conceitual sobre o papel e o significado econômico dos engenhos no desenvolvimento econômico de Brusque e região.

Em outra obra, Seyferth procurou analisar mais especificamente a formação da indústria brusquense, mas pouca atenção foi aí dedicada aos tão citados engenhos. Neste trabalho, a autora conceitua os engenhos como: “indústria doméstica”¹⁰³ e denomina os engenhos de farinha de mandioca com a expressão “atafona”, que, na verdade, é o nome da

¹⁰⁰ SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p. 43.

¹⁰¹ *Ibidem*. p. 43.

¹⁰² *Ibidem*. p. 43.

¹⁰³ SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974. p. 67.

máquina usada na moagem do milho¹⁰⁴.

Para Maria Luiza Renaux Hering, o elemento fundamental no desenvolvimento econômico de Brusque foi a figura do “empreendedor”, aqueles indivíduos que, movido pela “(...) moral do trabalho, tinham como princípio de disciplina a obediência e a ordem, o que teria estimulado a organização racional e a solidariedade entre seus interesses”¹⁰⁵.

Certamente, na interpretação de Hering, estes indivíduos empreendedores eram alemães, pois os ítalo-brasileiros e luso-brasileiros “(...) eram elementos que se ajustavam com maior dificuldade ao regime de trabalho industrial, com horários e horas de trabalho rígidos”¹⁰⁶.

“Enfim, reconhece-se que, se havia nesses elementos certa inferioridade inicial frente aos alemães, esta era superada na medida em que adotavam as mesmas formas de comportamento”¹⁰⁷.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 67.

¹⁰⁵ HERING, M. L. R.. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí*. O modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Editora da FURB, 1987. p. 144.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 152.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 153.

Realmente, constatei em depoimentos de descendentes de imigrantes italianos de Limeira uma certa resistência à disciplina da fábrica, como o de Martinhano Bertolini:

“O problema da fábrica não é que seria mais fácil, mas o problema é o relógio. Entende o que eu quero dizer? Aquelas oito horas são duras! São ali! Se perder uma hora perde o dia inteiro. Se perder uma hora ou duas de manhã, perde o Sábado, o domingo. É tipo de escravatura!”¹⁰⁸

Mas discordo de que isto constituiria “uma certa inferioridade”, como alegou Hering. Zuleika Alvin demonstrou que os italianos que imigraram para São Paulo não possuíam “mentalidade capitalista” e tinham como ideal a manutenção da sociedade camponesa baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar¹⁰⁹. Característica que Grosselli também observou com relação aos imigrantes italianos em Santa Catarina¹¹⁰.

Não se trata de inferioridade, mas sim de visões de mundo diferentes. Os italianos provinham de um mundo camponês e vieram para o Brasil com intenção de reconstruí-lo. Em Santa Catarina e especificamente

¹⁰⁸ BERTOLINI, Martinhano (64). Entrevistado em 14 jun. 1996. Limeira, Brusque, S. C..

¹⁰⁹ ALVIN, Zuleika M. F.. *Brava gente*. Os italianos em São Paulo. 1870-1920. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 87.

¹¹⁰ GROSSELLI, Renzo Maria. Op. cit..

na Colônia Brusque, o sistema de colonização baseado na pequena propriedade dispersa em meio às florestas tornou possível a formação de uma sociedade camponesa.

Perpassa nas falas dos ítalo-brasileiros de Limeira a utopia da pequena propriedade policultora auto-suficiente como resistência à completa proletarização:

“Aqui é diferente, mais liberto, sei lá! Na fábrica a gente é muito presa. Nunca gostei de fábrica”¹¹¹.

“Aqui você tem tudo. Quer criar um bichinho, dá. Quer criar um cachorrinho, dá. Quer criar uma vaquinha de leite, dá. Quer dormir cedo, dá. Não tem hora”¹¹².

Em Limeira, o engenho de farinha de mandioca era, no início do século XX, e em alguns casos ainda é atualmente, a maior referência desta resistência. Possuir um engenho significava gozar de um certo grau de independência em relação à nascente indústria têxtil brusquense:

¹¹¹ MONTIBELLER, Lina da Glória Bertolini (25). Entrevistada em 14 jun. 1996. Limeira, Brusque, SC.

¹¹² BERTOLINI, Martiniano (64). Entrevistado em 14 jun. 1996. Limeira, Brusque, SC.

“O meu engenho eu não vendi, porque ele era meu ganha-pão. Na fábrica nem sempre tinha trabalho. Hoje o cara ia bem, mas amanhã podia ficar desempregado. Güenta o que tem, espera o que vem!”¹¹³

Talvez não devêssemos explicar esta visão de mundo como “certa inferioridade”¹¹⁴, mas como uma escolha, um estilo de vida, que emana da maneira característica e própria desta comunidade viver; o seu “ethos”, como diria Geertz¹¹⁵.

E, sem dúvida, a característica distintiva desta comunidade de ítalo-brasileiros é sua ligação com a “cultura da farinha de mandioca”. Falo em “cultura” e não produção da farinha de mandioca porque, como nos ensinou Godelier, nas comunidades rurais: “(...) o trabalho é uma operação dupla que tem o aspecto técnico e um aspecto mágico e ritual”¹¹⁶. Ou seja, nestas comunidades, a jornada de trabalho ainda não está formalmente

¹¹³ FORBES, Arnaldo (70). Entrevistado em 16 mar. 1996. Limeira, Brusque, S. C.. Seu engenho é sua principal fonte de renda. Totalmente tocado à água. Produz anualmente cerca de 400 sacas de farinha de mandioca (sacas de 45 quilos), com o auxílio da esposa e dos filhos.

¹¹⁴ HERING, M. L. R.. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí*. O modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: FURB, 1987. p. 153.

¹¹⁵ “O ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade”. In: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 143-144.

¹¹⁶ GODELIER, M. et alii. *Antropologia, ciência das sociedades primitivas?*. Lisboa: Edições 70, 1971. p. 170.

separada das outras atividades sociais de acordo com a racionalidade e a disciplina das relações capitalistas de produção.

O trabalho nos engenhos, no entanto, não pode ser considerado como uma variante do trabalho agrícola: a “indústria derivada da lavoura” como argumentou Seyferth¹¹⁷. Mas como uma forma de atividade econômica inserida num sistema sócio-econômico que no seu contexto histórico representava o maior grau de desenvolvimento possível. A tendência de alguns historiadores do Vale do Itajaí-Mirim, no sentido de encontrarem um ponto de ruptura entre a atividade manufatureira das primeiras décadas da colônia e o momento do surgimento da atividade industrial, na virada do século carece de crítica histórica. Isto ocorre porque tanto Seyferth quanto Hering, ao interpretarem a industrialização da região, identificam um momento de ruptura com o passado colonial e a produção manufatureira dos engenhos, sem buscar compreender a conexão entre a fase manufatureira e a industrial. Em Seyferth a ruptura se dá através da figura do vendeiro e, em Hering, com o empreendedor.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a construção do engenho exigia uma razoável soma de investimentos: o carpinteiro era um dos artesãos mais bem pagos da época. Segundo o Sr. Germano José

¹¹⁷ SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto alegre: Movimento, 1974. p. 67.

Benvenuti, que trabalhava como aprendiz junto com seu pai, Germano Vitório, ele ganhava um mil réis como aprendiz e seu pai, dois mil réis por dia como mestre, levando em média dois meses na construção de um engenho. Germano José iniciou o aprendizado na carpintaria na década de 1920, e juntamente com seu pai, construíram vários engenhos no Estado de Santa Catarina¹¹⁸.

Para se ter uma idéia da dificuldade em se construir um engenho, lembramos que os primeiros construídos em Limeira datam aproximadamente do ano de 1896, ou seja, após terem-se passado duas décadas da chegada dos imigrantes na então Linha Colonial Limeira.

Um engenho representava *status* e poder econômico para o proprietário. A renda cobrada “in natura” para o beneficiamento da produção agrícola dos demais colonos variava de um quarto, um terço, até metade da produção. Se o colono arrendatário transportasse a mandioca até o engenho e ele próprio produzisse com sua família a farinha (de mandioca, milho) ou o açúcar, um quarto da produção total ficava para o proprietário a título de renda. Se o colono levasse a mandioca ao engenho, mas deixasse o beneficiamento ao encargo do proprietário, a renda era de um terço. E se o proprietário tivesse que transportar a colheita até o engenho, a renda era

¹¹⁸ BENVENUTTI, Germano José (82). Entrevistado em 14 abr. 1996. Limeira, Brusque, SC.

de um meio do total produzido. Isto representava a concentração de grande parte da produção dos colonos nas mãos daquele que possuía o mais importante meio de produção da época: o engenho.

Embora nem Seyferth nem Hering tenham percebido a relação entre a “indústria manufatureira” dos engenhos e a indústria têxtil brusquense, ela foi bastante intensa. Ao debruçarem-se, as referidas autoras, sobre a questão da articulação entre a acumulação de capitais provocada pelos comerciantes e a industrialização (Seyferth) ou a capacidade empreendedora do imigrante alemão e o sucesso empresarial (Hering), ocultaram a fase manufatureira da economia colonial brusquense.

Voltando o olhar para nossa pequena Limeira, vemos aí dois vendeiros no início do século XX: um alemão de nome Arce e um italiano, Germano Benvenuti.

Lembra o Sr. Dalério Caviquiolli:

“O Benvenuti, o Germano Benvenuti, ele fazia negócios. Vendia de ano a ano. Dava um ano de compras pros colonos pagarem com a colheita de mandioca ou com farinha, conforme o colono escolhesse”.¹¹⁹

¹¹⁹ CAVIQUIOLLI, Dalério (93). Entrevistado em 09 mar. 1996. Limeira, Brusque, SC.

E de acordo com a Sra. Alvina Noldin Torresani:

“O meu pai fazia dívida na venda durante um ano e só pagava quando vendia a farinha. O dinheiro da venda da farinha era só pra pagar a venda. E pra se vestir, a gente usava vestido de riscadinho”¹²⁰.

Pode-se agora questionar: de onde provinha a renda canalizada pelos vendeiros locais para as mãos dos grandes comerciantes sediados na cidade de Brusque que, segundo Seyferth, foi o principal motivo da acumulação de capitais e sua inversão na indústria têxtil?

O imigrante Ângelo Noldin, visto na figura 8, pai da Sra. Alvina Noldin Torresani (83), pagava ao vendeiro sua conta anual na venda, comercializando sua produção de farinha de mandioca. E adquiria deste, um tipo de tecido muito rudimentar produzido na incipiente indústria têxtil de Carlos Renaux: o riscadinho.

¹²⁰ TORRESANI, Alvina Noldin (83). Entrevistada em 09 mar. 1996. Limeira, Brusque, SC..



Figura 8: Imigrantes Ângelo Noldin e Ema Minella Noldin. Brusque, início do século.

Fonte: Senhora Alvina Noldin Torresani. Limeira, Brusque, SC.

Ângelo adquiriu um lote na Linha Colonial Ribeirão Nova Itália, na subida da Serra do Moura. Ema era nascida no Brasil e teve doze filhos do casamento com Ângelo. Pelas informações da Sra. Alvina, filha do casal, a fotografia data da primeira década deste século.

A menina no colo de Ângelo é Adelina, morta por queimadura aos 22 anos de idade. Ela sofria de epilepsia e teve seu vestido incendiado pelas chamas do fogão a lenha no momento em que sofria uma crise convulsiva. Estava só, na cozinha, que ficava nos fundos da casa. Quando a família percebeu o que estava acontecendo, já era tarde demais. O longo

vestido de Adelina estava em chamas. Agonizou alguns dias na cama, mas não resistiu à falta de tratamento hospitalar, vindo a falecer.

Ema morreu aos 45 anos, de complicações do parto dos gêmeos Henrique e Angelim. O parto foi feito na própria casa de Ema, com o auxílio de uma parteira, que não conseguiu evitar a hemorragia.

Ângelo não podia perder a mulher que já havia lhe dado doze filhos. Havia muitas crianças que dependiam dos cuidados da mãe. A filha mais velha, Adelina havia morrido três anos antes e Alvina era muito jovem para assumir as responsabilidades da casa, tinha apenas 15 anos.

Não tinha dinheiro para levar Ema ao médico, em Brusque, pois a venda lhe consumira todas as reservas. Mas havia uma esperança. Corria na região a fama da benzedeira Maria Dominga que curava os doentes com suas rezas, recitações de versos de valor mágico-ritual e ervas medicinais. Maria Dominga morava no povoado do Moura.

Ângelo saiu a pé ainda durante a noite para buscar Maria Dominga, que se prontificou a benzer Ema, sem nada cobrar.

Apesar das críticas dos vizinhos, católicos convictos, que não viam com bons olhos a prática de curandeirismo das benzedeiros, Ângelo não via outra saída, pois o padre só aparecia em Limeira uma vez por ano

para renovar os sacramentos da Igreja.

As mulheres da vizinhança se debruçaram junto ao leito de Ema entre Pai-Nossos e Ave-Marias, enquanto Maria Dominga evocava a cura da hemorragia, recitando versos com as mãos impostas sobre a cabeça da enferma. Tudo ao alcance daquela pobre gente foi tentado, mas nada adiantou. Ema faleceu alguns dias após o parto.

Seguia o cortejo fúnebre. Choros e pai-nossos confundiam-se entre as lamentações da dura vida no campo.

De repente, a marcha lenta da carroça que conduzia o corpo de Ema era interrompida. Um homem a cavalo vinha trazendo o corpo de Angelim, um dos gêmeos recém-nascidos que acabara de morrer, para ser sepultado junto com Ema.

Mas a vida continuava para Ângelo e seus dez filhos. Logo chegaria a época da farinhada, quando se colhe a mandioca e se faz farinha. Ema, como todas as mulheres da Colônia (Limeira), realizava importantes trabalhos durante a farinhada. Levantava às 4 horas da madrugada, fazia os trabalhos domésticos e ia para o engenho ajudar na operação de descascamento da raiz de mandioca. Antes do meio-dia, voltava para casa, que ficava longe do engenho, pois este era arrendado, preparava a comida e levava para os que estavam trabalhando no engenho. À tarde, ajudava mais

um pouco no engenho, depois retornava para casa para cuidar dos afazeres domésticos.

O beneficiamento da mandioca demandava muito trabalho e o auxílio dos filhos e da mulher era imprescindível. Ângelo produzia com a família uma média de 400 sacas de 45 kg de farinha de mandioca por ano, cujo rendimento era destinado ao pagamento do consumo anual na venda. Muitas vezes, o vendeiro era o proprietário do engenho onde o colono fazia sua farinha, o que aumentava ainda mais a exploração.

Somente na década de 1930, Ângelo conseguiu adquirir seu próprio engenho, onde produzia farinha de mandioca, de milho, açúcar e cachaça¹²¹.

6.3. Engenho e manufatura

Olhemos agora para o entorno, para as 97 linhas coloniais que, como Limeira, formavam uma rede de dependência econômica destes pequenos agricultores, que, como Ângelo, eram explorados até a última

¹²¹ Todas as informações referentes à família de Ângelo Noldin foram extraídas de duas entrevistas realizadas com a filha do casal, Sra. Alvina Noldin Torrezani, em 09 mar. 1996 e em 27 maio 1997, Limeira, Brusque, SC.

gota de suor pelos comerciantes locais, os vendeiros. E estes, por sua vez, caíam na dependência dos proprietários das grandes casas comerciais sediadas na cidade de Brusque.

A dependência das comunidades rurais periféricas, as linhas coloniais, em relação à sede da colônia, ou, “dependência colonial”, realizava-se em dois sentidos:

- a) o mercado colonial: as colônias de imigrantes, isoladas nas florestas da periferia da Colônia Brusque, formavam um poderoso mercado fortemente monopolizado pelos comerciantes alemães, sediados na “Stadtplatz” (sede da Colônia). Os preços das mercadorias vendidas aos colonos era muitas vezes superior ao preço de mercado praticado fora da colônia.
- b) A produção manufatureira dos engenhos: este mercado, todavia, não poderia constituir-se sem uma atividade produtiva capaz de gerar excedentes comercializáveis. A produção manufatureira dos engenhos: farinha de mandioca, de milho, cachaça e açúcar foi até o limiar do século XIX, a atividade econômica geradora destes excedentes, que nos últimos anos dos oitocentos passaram a ser investidos na

indústria têxtil¹²².

Esta forma específica de acumulação de capital, baseado na produção manufatureira dos engenhos, precedeu e possibilitou, portanto, na última década do século XIX, o surgimento da indústria têxtil em Brusque.

Lançando agora os olhares para além dos limites da Colônia Brusque, veremos que historicamente é um equívoco desconsiderar a importância da produção de farinha de mandioca no contexto da economia catarinense na segunda metade do século XIX. Santa Catarina foi o maior produtor brasileiro neste período, sendo a farinha seu principal produto de exportação¹²³. Idauro José Cunha assim descreve sua importância para as colônias alemãs Blumenau e Joinville:

“Há que se distinguir os estabelecimentos localizados no meio rural e os situados próximos, ou mesmo, nas sedes das colônias. Dentre os primeiros, denominados na época ‘estabelecimentos rurais’, os mais destacados foram os engenhos de mandioca e de açúcar e os alambiques, para a fabricação de cachaça (...)”¹²⁴.

¹²² A primeira indústria têxtil de Brusque foi fundada em 1892 por Carlos Renaux. Ver: SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974. p. 124.

¹²³ CUNHA, Idauro José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 61.

¹²⁴ *Ibidem*. p. 50.

Sobre a Colônia Brusque, os relatórios dos diretores da colônia revelam a existência, em 1874, de 22 engenhos de farinha, 11 atafonas de farinha de milho e 34 engenhos de açúcar, para apenas 2 fábricas de cerveja e 5 de charutos¹²⁵.

No entanto, Seyferth afirma que “A implantação da indústria têxtil em Brusque, a partir de 1892, nada tem a ver com o artesanato”¹²⁶.

Em primeiro lugar, a atividade produtiva realizada nos engenhos não é do tipo artesanal, pois esta tem como principal característica o fato de um único trabalhador realizar todas as etapas do processo produtivo. E, notadamente, a produção nos engenhos caracteriza-se pela divisão do trabalho e pela especialização do trabalhador numa função específica do processo de produção. Há os especialistas no descascamento da raiz da mandioca, os sevadores que se aperfeiçoam na trituração da raiz com grande habilidade, os prensadores, os peneiradores e os forneiros. Cada uma destas funções exige um trabalhador que domine com muita habilidade sua especialidade no processo produtivo, não podendo ele realizar sozinho todas as etapas deste processo.

Marx denominou ao processo produtivo baseado na divisão do

¹²⁵ PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994. p. 151.

¹²⁶ SEYFERTH, Giralda. Op. cit., p. 124.

trabalho, mas assentado ainda sobre máquinas rudimentares de madeira movidas pela força natural do vento ou da água: manufatura. As manufaturas predominaram na Europa entre meados do século XVI e o último terço do século XVIII. Sua principal inovação foi a “divisão manufatureira do trabalho”¹²⁷, através da qual cada trabalhador realizava uma função parcial do processo produtivo. Apesar de utilizar a “(...) forma mais elementar de todas as máquinas”¹²⁸, o moinho de água, legado pelo Império Romano, as manufaturas revolucionaram o processo de produção de uma mercadoria. Nas manufaturas, embora se produza utilizando instrumentos feitos por artesãos, há uma grande elevação na produtividade do trabalho provocada pela maior especialização decorrente da divisão do trabalho. A elevação da produtividade nas manufaturas se dá, segundo Marx, por meio de uma melhor organização no processo produtivo, dividindo-o em funções parciais, racionalizando a força-de-trabalho, que é o aspecto humano deste processo.

Para Marx, as manufaturas atingiram seu apogeu apoiadas em “(...) extensa base constituída pelos ofícios das cidades e pela indústria doméstica rural”¹²⁹, representando importantes avanços econômicos para a

¹²⁷ MARX, Karl. *O Capital*. l. 1, v. 1. São Paulo: DIFEL, 1987. p. 417.

¹²⁸ Ibidem, p. 399.

¹²⁹ Ibidem, p. 422.

Europa às vésperas da Revolução Industrial.

Não apenas a produção manufatureira dos engenhos representou uma importante fonte de acumulação de capitais na Colônia Brusque, como também constituiu a base técnica sobre a qual se ergueu a nascente indústria têxtil brusquense no final do século XIX.

Diz Seyferth, referindo-se à Fábrica de Tecidos Carlos Renaux:

“Os teares eram movidos por energia hidráulica e a situação só se modificou com a instalação da rede elétrica em 1914”¹³⁰.

“(…) Inicialmente, a fábrica funcionou de maneira precária, com teares de madeira feitos pelos tecelões de Lods”¹³¹.

Mas, de que maneira uma indústria têxtil tão incipiente poderia conquistar mercados, se já no final do Império o Brasil contava com cerca de cem indústrias têxteis?¹³² Localizadas no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, estas indústrias já possuíam tecnologia mais avançada com a importação de máquinas favorecida pela política industrialista adotada nos primórdios da República¹³³.

¹³⁰ SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974. p. 135.

¹³¹ Ibidem. p. 128.

¹³² PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 197.

¹³³ LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 103.

Seyferth responde:

“A fórmula para vender os tecidos foi oferecê-los diretamente aos colonos, que não tinham noção alguma dos preços reais vigentes. Assim, alguns empregados da fábrica levavam os tecidos de carroça, indo de lote em lote oferecê-los aos colonos”¹³⁴.

Uma palavra historicamente mais oportuna para substituir o significado misterioso do vocábulo “fórmula” poderia ser: exploração econômica. Exploração esta que levava os colonos italianos, situados na periferia da Colônia, depois município de Brusque, a entregarem grande parte dos excedentes manufaturados nos engenhos aos comerciantes alemães. “Este tipo de comércio permitiu o escoamento da produção, muitas vezes utilizando o sistema de trocas de tecidos por produtos agrícolas”¹³⁵.

O segredo do rápido desenvolvimento da indústria têxtil em Brusque no final do século XIX tem muito a ver com a formação histórica da colônia fundada por Schnéeburg em 1860. A posição periférica dos

¹³⁴ SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto alegre: Movimento, 1974. p. 130.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 130.

imigrantes italianos, ocupando morros íngremes e inférteis; a dispersão em meio à floresta que dificultava a resistência como a que houve no Distrito de Nova Trento entre 1877 e 1881¹³⁶; a grande distância de mercados alternativos aos dominados pelos vendeiros alemães; a falta de acesso ao aparelho burocrático-administrativo sob o domínio dos imigrantes alemães na sede da colônia. Todas estas características da colonização ítalo-germânica de Brusque engendraram um processo de intensa “dependência colonial” dos imigrantes italianos em relação aos alemães.

Esta “dependência colonial”, que não resultou de nenhuma “fórmula” , mas foi historicamente construída, constituiu a principal alavanca do desenvolvimento industrial em Brusque. Seu “segredo” não deve ser buscado noutro lugar senão nos meandros de sua construção histórica. Nestas condições foi possível, em poucas décadas, fazer com que engrenagens de madeira e rodas d’água fizessem surgir teares importados da Alemanha. Nada disto seria possível sem esforço humano intensamente aplicado num meio de produção já ultrapassado para o final do século XIX, mas que as circunstâncias históricas tornaram viável utilizar. Os engenhos movidos por rodas d’água não eram, na época em questão, “fábrica de fundo de quintal”¹³⁷, mas o principal meio de produção de então.

¹³⁶ Sobre esta questão, falaremos mais adiante.

¹³⁷ SEYFERTH, G.. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990. p. 43.

7. A DÉCADA DE 30: PROLIFERAÇÃO DOS ENGENHOS DE FARINHA DE MANDIOCA EM LIMEIRA

A década de 30 ficou marcada na memória dos limeirenses por uma série de acontecimentos muito significativos que tiveram grande importância em sua história.

É neste momento que a indústria têxtil brusquense começa a se firmar no cenário da economia catarinense¹³⁸, passando a empregar grande número de trabalhadores, especialmente os descendentes de alemães, que segundo Hering, eram “movidos pela moral do trabalho”¹³⁹.

Desde os primórdios da Colônia Brusque, a partir de 1860, os alemães eram considerados: “elementos mais adequados para a empresa colonial”¹⁴⁰. Os italianos, enquanto isso, eram “tidos como revolucionários, anarquistas ou comunistas”¹⁴¹, e tiveram mais “dificuldades” para ingressar como operários na indústria têxtil.

Na medida em que os mais importantes meios de produção das

¹³⁸ SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974. p. 144.

¹³⁹ HERING, M. L. R.. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí*. O modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: FURB, 1987. p. 144.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 145.

¹⁴¹ Ibidem, p. 145.

primeiras décadas da colônia - os engenhos de farinha de mandioca, açúcar, atafonas de fubá e similares - perdiam seu significado econômico frente à indústria têxtil, iam lentamente passando às mãos dos imigrantes italianos.

Isto não ocorreu de forma direta, através da venda dos engenhos aos imigrantes italianos e seus descendentes. Ocorria por meio do próprio mercado, na medida em que aos descendentes alemães estava reservado espaço no interior da indústria têxtil, o que abria maiores oportunidades aos descendentes italianos para a comercialização da produção dos engenhos. A estes, isolados nas colônias em meio às florestas, sem estradas e longe das indústrias, restava permanecer ali, trabalhando no engenho.

“Limeira sempre foi um lugar que só deu uma avanço nas estradas, que tivemos um caminho melhor pra andar aí, só no tempo do integralismo, dos camisas-verdes: mil novecentos e trinta e cinco, trinta e oito, trinta e nove”¹⁴².

¹⁴² BERTOLINI, Victor (70). Entrevistado por Honório Bertolini em maio 1996. Limeira, Brusque, SC.

Isto significa meio século locomovendo-se através de picadas, o que dificultou enormemente o desenvolvimento econômico-social de Limeira. Mas a grande maioria das colônias italianas em Santa Catarina teve na falta de estradas forte motivo de estagnação. Nova Veneza, fundada em 1891, no Sul do Estado, teve seus primeiros caminhos e estradas abertos a muito custo pelos próprios colonos, destaca Zulmar Bortolotto¹⁴³.

O problema era que, enquanto os colonos arrastavam-se através da floresta com lama até os joelhos, as verbas públicas destinadas aos melhoramentos na colônia (haja visto que a Colônia Brusque era pública) caminhavam rapidamente para o bolso de diretores corruptos. Os diretores da colônia: Barzilar Cottle, Barão Von Klitzing e João Detsi foram acusados por desvio de dinheiro público¹⁴⁴.

Em Nova Trento, colônia fundada em 1875 no Vale do Tijucas, a situação de abandono dos colonos e os desmandos dos diretores da colônia foram tão flagrantes a ponto de fazerem eclodir violenta revolta em julho de 1878. Um colono foi morto e três policiais saíram feridos¹⁴⁵.

¹⁴³ BORTOLOTTI, Zulmar. *História de Nova Veneza*. Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1992. p. 52.

¹⁴⁴ GROSSELLI, Renzo Maria. Op. cit., p. 292.

¹⁴⁵ PIAZZA, W. F.. *Nova Trento*. Florianópolis, 1950. p. 98. Não apenas esta revolta de julho de 1878, mas vários outros movimentos de protesto dos imigrantes italianos da Colônia Brusque, como o ocorrido na Festa de São Vigílio, em Nova Trento, em 26.06.1878, ou a revolta de oito de abril do mesmo ano; os protestos no porto de Itajaí, em setembro de 1880, precisam ser estudados com mais atenção.

7.1 O engenho de Dalério Caviquioli

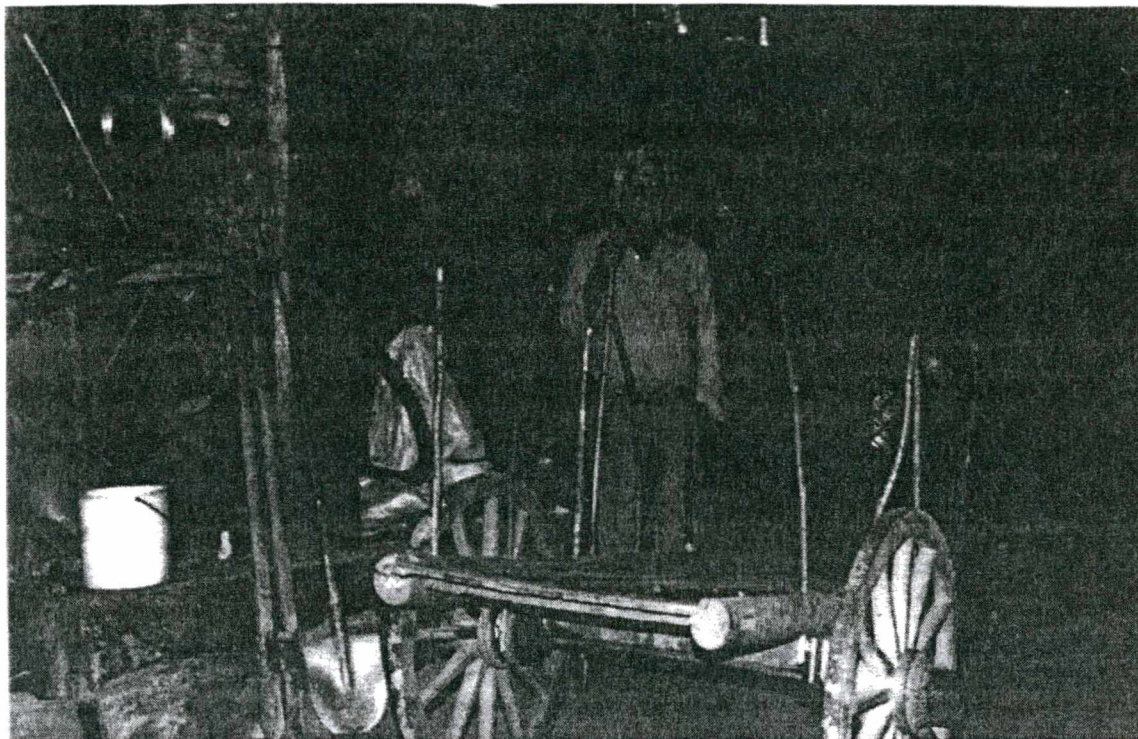


Figura 9: Dalério Caviquioli, no interior de seu engenho. Abr. 1996.
Fonte: do Autor.

O engenho de Dalério Caviquioli é um dos que foram construídos na década de 30 em Limeira. É difícil dizer com precisão o número exato, mas é possível que cerca de oito engenhos existissem em Limeira Alta nesta década. Dos oito que existem atualmente, dois foram construídos no final do século XIX: o da família Dallago-Benvenuti e o que hoje pertence a Teodorico Lana, mas que foi construído por Henrique

Dallago. Já o engenho de Dalério Caviquiolli foi construído na década de 30. O engenho de Ângelo Noldin também data desta época, mas não existe atualmente.

Na prensa de engenho de Dalério Caviquiolli – a grande peça que se observa na figura 9 à sua direita – uma inscrição gravada à canivete aponta o ano de 1896. Esta peça, no entanto, não foi construída no local onde se encontra o engenho, sendo comprada de um proprietário de engenho do vizinho povoado do Moura. Tal fato denota a decadência da produção de farinha de mandioca no Moura por volta dos anos 30.

Os engenhos de Limeira, movidos por rodas d'água, venceram a concorrência com os engenhos de cangalha usados no Moura. Nestes, o uso do boi como força motriz encarecia a produção. Ademais, a força de trabalho familiar, sob o cetro do poder patriarcal característico das famílias ítalo-brasileiras da Limeira do início deste século, pendia em favor da farinha ali produzida.

Como se fosse “ironia da história”, os limeirenses acabaram suplantando os habitantes do Moura na produção da farinha de mandioca, após terem aprendido com eles a produzi-la.

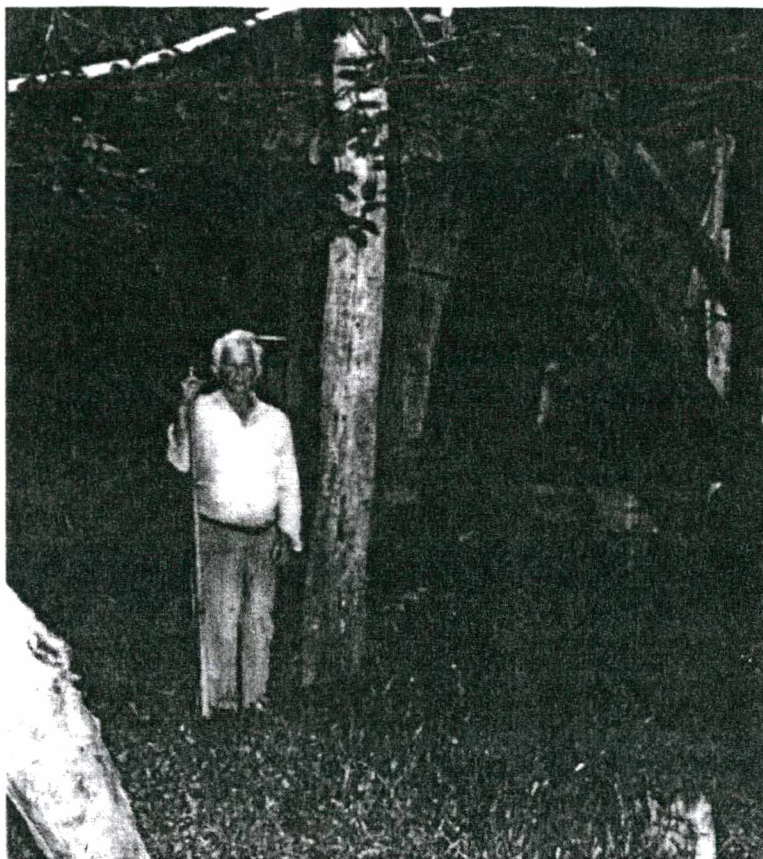


Figura 10: Dalério Caviqiolli ao lado de sua roda d'água. Limeira, 14 abr. 1996.

Fonte: do autor.

Entre os anos 1930 e 1940, o engenho de Dalério Caviqiolli chegou a produzir em torno de 1.500 sacas de farinha de mandioca por ano¹⁴⁶. Após meio século produzindo farinha, atualmente não funciona mais. Seus filhos preferiram o trabalho nas indústrias de fiação e tecelagem de Brusque.

¹⁴⁶ Uma saca de farinha de mandioca equivale a 45 kg.

Mesmo assim, faz questão de mantê-lo como “reliquia da família” usando sua expressão¹⁴⁷: “Esse engenho, enquanto eu viver ninguém vende. Depois, a família que faça o que quiser”.

Em 1995, aos 92 anos, Dalério Caviquiolli caiu da escada quando tentava consertar a roda d’água do engenho, que segundo ele é a maior da Limeira. Sofreu leves arranhões, sem nenhum ferimento grave.

Em 1996, foi homenageado com uma “placa condecorativa” como “melhor forneiro de Limeira”, por ocasião da I Festa da Farinha, realizada em abril daquele ano, em Limeira.

Seu engenho atualmente é visitado freqüentemente por turistas, geralmente amigos da família, convertendo-se nos últimos anos num “lugar de memória”¹⁴⁸ da comunidade.

Quais motivos levariam um homem aos 93 anos de idade a conservar um antigo engenho de farinha de mandioca?

¹⁴⁷ CAVIQUIOLLI, Dalério (93). Entrevistado em 09 mar. 1996. Limeira, Brusque, SC.

¹⁴⁸ Para Pierre Nora, quando uma sociedade não vive mais sua memória de forma espontânea, cria-se a necessidade de consagrar-lhe lugares: “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”. Ver:

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história*. São Paulo, n. 10, p. 8, dez. 1993.

Podemos buscar no diálogo com Pierre Nora a explicação segundo a qual o engenho é um lugar de memória, pois funcionaria como um arquivo, capaz de “guardar” uma memória que começa a se perder pelas transformações do mundo moderno. No entanto, Nora critica os lugares de memória como “terrorismo da memória historicizada”¹⁴⁹, ou seja, a proliferação indiscriminada de arquivos enquanto obrigação, dever, pois ela não é mais uma prática social.

O que distingue o engenho de Dalério Caviquiolli do lugar de memória enquanto museu é o seu “pertencimento à comunidade”. Ele não é um depósito de coisas sem relação entre si e com o lugar onde se encontram, como nos museus. O sentido de sua existência enquanto lugar de memória autêntica depende de que ele permaneça lá, na Limeira. Ali ele faz sentido, porque as pessoas que habitam ao seu redor estão ligadas a ele pelas lembranças, pela memória e são capazes de contar histórias, reviver emoções há muito tempo adormecidas. E neste ato contagiam e emocionam também aqueles que ouvem, conferindo significados ao mais insignificante objeto:

¹⁴⁹ Ibidem, p. 17.

“Eu era pequeno naquele tempo...

“Nas noites, quando tinha serão¹⁵⁰, se reunia muita gente de toda a vizinhança prá ajudar a raspar a mandioca. Tudo raspado à mão, com canivete.

“Quando acabavam de raspar o monte da mandioca faziam baile. Era divertido.

“O Henrique Lana era o melhor tocador de gaita. Todos cantavam a ratoeira¹⁵¹. Ficavam todos em roda, cada um com seu par. Os moços, quando queriam namorar, cantavam um verso de ratoeira prá moças. As moças também cantavam versos pros moços. Depois de cada verso, todos cantavam o refrão da ratoeira.

“Depois do baile, o dono do engenho oferecia café com biju prá todos os participantes do serão: ninguém cobrava nada, um ajudava o outro prá depois receber ajuda também, quando fosse fazer a farinha.

“Era uma farra!

“Hoje não tem mais nada disso.

Quando o padre vinha na Limeira, uma vez por ano, ele ficava um mês, fazendo as rezas. Então nesse tempo ele não queria que fizesse baile. Se fizesse, ele ia buscar as pessoas prá rezar. Mas o Germano Benvenuti, esse era brabo! Não escutava o padre. Mandava as pessoas ficarem no Baile. Bebiam e dançavam a noite inteira!

“Dançavam no chão do engenho mesmo. Como esse aqui! Tudo iluminado com luz de lamparina. As moças usavam vestidos longos. Nem todas podiam usar sapatos, havia muita pobreza. Mas todo sábado tinha baile, depois do serão, no tempo da farinhada”¹⁵².

¹⁵⁰ Serão: trabalho em regime de mutirão.

¹⁵¹ Ratoeira: cantiga de roda muito praticada por populações de origem açoriana do litoral catarinense. Atualmente é praticada apenas por grupos folclóricos.

¹⁵² CAVIQUIOLLI, Dalério (93). Entrevistado em 13 abr. 1996, Limeira, Brusque, SC.

Percebe-se na fala de Dalério Caviquiolli que o engenho não era apenas um meio de produção econômico, mas também um importante espaço de sociabilidade da comunidade. Neste espaço realizavam-se os encontros noturnos chamados “serões”, quando reuniam-se amigos e parentes do “patrão” do engenho para ajudar na operação de raspagem da mandioca.

Quando acabava-se de raspar a mandioca, dançava-se a “ratoeira”, uma cantiga de roda muito praticada pelas populações de origem açoriana do litoral catarinense, que os limeirenses aprenderam com a população do Moura. No litoral, a ratoeira estava ligada ao engenho, comumente praticada no seu interior após os serões. Mas também era praticada durante outros trabalhos, como a colheita do café na Ilha de Santa Catarina¹⁵³.

Das memórias relacionadas ao trabalho no engenho, foram os serões, pelo seu caráter festivo, de convivência coletiva, que mais marcaram os limeirenses.

¹⁵³ FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Teatros da vida, cenários da história*. A farra do boi e outras festas da Ilha de Santa Catarina – leitura e interpretação. Tese (doutorado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991. p. 192.

8. A DÉCADA DE 40: AUGES DA PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA DE LIMEIRA

A década de 40 representou, para os limeirenses, o momento de maior desenvolvimento da atividade farinocultora, desde o final do século XIX até os dias atuais.

Calcula-se que havia em Limeira nesta época aproximadamente 30 engenhos de farinha de mandioca, que perfaziam uma produção anual em torno de nada menos que 40 mil sacas de 45 kg. Mas qual o motivo desse acelerado crescimento da produção de farinha de mandioca em Limeira?

Em nível nacional, sabemos que a II Guerra Mundial teve repercussão favorável à economia brasileira, que passou a exportar mais aos países beligerantes¹⁵⁴. Santa Catarina acompanhou a tendência nacional, apresentando forte crescimento industrial na década de 40¹⁵⁵.

A produção de farinha de mandioca em Santa Catarina também foi incrementada na primeira metade da década de 40. Em 1918, a

¹⁵⁴ PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 261.

¹⁵⁵ CUNHA, Idauro José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 128.

produção total de farinha de mandioca em Santa Catarina era de 32,8 mil toneladas e em 1939 já era de 56,7 mil toneladas¹⁵⁶. Em termos percentuais, no entanto, a atividade farinocultora do Estado apresenta-se em ritmo decrescente. Em 1920, a farinha de mandioca respondia por 3,6% das exportações catarinenses e em 1938 este índice caía para 2,7%.

Embora a produção estadual tivesse quase duplicado em duas décadas, o crescimento vertiginoso da indústria têxtil e de extração de madeira tornava este crescimento comparativamente insignificante no volume total de exportações catarinenses.

Em Limeira, a produção de farinha de mandioca atingiu o seu ápice na década de 40. Parte da produção destinava-se ao mercado local (Itajaí e Brusque) e uma parcela era exportada para a Europa através do Porto de Paranaguá. Vitório Benvenuti, proprietário de engenho e comerciante, tinha ligações comerciais naquela cidade e encarregava-se de escoar a produção dos produtores de Limeira. Os campos de trigo europeus estavam devastados pela guerra e a farinha de mandioca era usada na produção de pães, substituindo a farinha de trigo.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 157.

“A nossa farinha daqui da Limeira era quase toda vendida prá Europa pelo Porto de Paranaguá. Os Benvenutti que levavam a farinha prá Paranaguá. Eles tinham caminhão”¹⁵⁷.

8.1. O engenho Dallago-Benvenutti

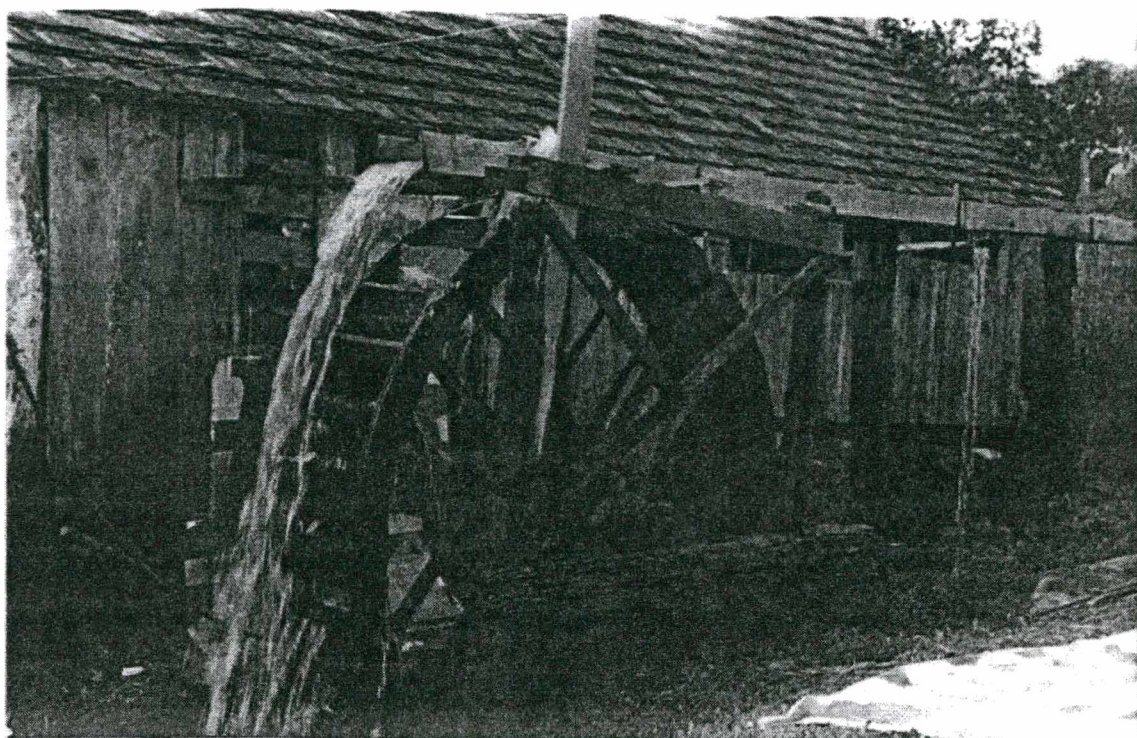


Figura 11: Engenho da família Dallago-Benvenutti. Limeira, abr. 1996.
Fonte: do autor.

Sem dúvida, o maior representante desta “fase áurea” da

¹⁵⁷ JOANINI, Bento. Entrevistado em 12 mar. 1996. Limeira, Brusque, SC.

produção de farinha de mandioca em Limeira é o engenho da família Dallago-Benvenuti. Construído por volta do final do século XIX, este engenho chegou à década de 40 produzindo em média 1.600 sacos de farinha por ano.

As famílias Dallago e Benvenuti são provenientes dos povoados de Leifers e Nomi, respectivamente, da Região do Trentino, Norte da Itália. Ao que tudo indica, os imigrantes Henrique Dallago e Germano Benvenuti provinham de famílias de artesãos, que praticavam no país de origem o ofício da carpintaria. Foram eles os construtores dos primeiros engenhos de Limeira e os mestres das gerações mais novas. Com eles, aprenderam Luiz Minella e Vitório Benvenuti. Os engenhos construídos por Luiz Minella, no entanto, apresentam uma característica distintiva da “escola Dallago-Benvenuti”: a utilização de correias de couro e correntes nos mecanismos de transmissão. O engenho dos Bertolini, construído por Minella, deixa transparecer esta característica¹⁵⁸.

Os Dallago-Benvenuti, já no final do século XIX, iniciaram uma política de alianças familiares através do casamento do imigrante Germano Benvenuti com uma Dallago. Na década de 40, Rosa, sua neta, filha de Vitório Benvenuti, casou-se com Fernando Dallago. O resultado destas

¹⁵⁸ Veja a figura 4 que ilustra o mecanismo de funcionamento do engenho dos Bertolini.

alianças foi a concentração de terras e prestígio junto à população local:

“A gente passava uma vida mais ou menos, porque o meu pai era carpinteiro, como o pai dele também era. Então a gente era bem visto. Pobre né, mas era mais. Tínhamos engenho de farinha, tínhamos cana, animais”¹⁵⁹.

O engenho Dallago-Benvenutti era o mais próspero de Limeira entre as décadas de 1930 até 1960, o que fez com que estas famílias adquirissem muitas terras em vários pontos do Vale do Itajaí-Mirim, além de prestígio e poder local.

¹⁵⁹ BENVENUTTI, Ivanilde. Entrevistada em 14 abr. 1996. Limeira, Brusque, SC.

9. A DÉCADA DE 60: A DECADÊNCIA ECONÔMICA DOS ENGENHOS

A década de 60 foi marcada, em Santa Catarina, por uma série de melhorias em sua infra-estrutura urbana que possibilitaram desenvolvimento econômico acelerado, especialmente a eletrificação rural.

Em Limeira, a chegada da energia elétrica, a melhoria nas condições das estradas e o serviço de transporte coletivo, facilitaram o deslocamento dos jovens em direção às indústrias têxteis sediadas no centro urbano de Brusque.

Como a sobrevivência dos engenhos dependia da força de trabalho familiar, estava solapada sua principal base de sustentação. “A maioria dos engenhos de Limeira pararam de funcionar porque os novos foram todos trabalhar nas fábricas de Brusque”¹⁶⁰.

Aqueles que conseguiram manter os filhos na “colônia”, fazendo convergir para o engenho a produção agrícola de base familiar, sobreviveram:

¹⁶⁰ BERTOLINI, Victor (70). Entrevistado em maio 1996, por Honório Bertolini, , Limeira, Brusque, SC.

“Então, os engenhos, é claro que eu estou vendo que eles estão se acabando. Mas a maioria é porque eles hoje só querem comprar a mandioca prá fazer a farinha. Agora, plantando dá, né! Quem está falindo é porque só quer fabricar a farinha e não quer mais plantar. Estes estão reclamando porque compram a mandioca, pagam empregados. Mas eu mesmo planto e faço a farinha com a família”¹⁶¹.

9.1. O engenho de Arnaldo Forbes



Figura 12: Engenho de propriedade do Senhor Arnaldo Forbes. Limeira, abr. 1996.
Fonte: do autor.

¹⁶¹ FORBES, Arnaldo (70). Entrevistado em 16 mar. 1996. Limeira, Brusque, SC.

Totalmente movido por uma roda d'água, o engenho de Arnaldo Forbes funciona atualmente sob o regime de trabalho familiar. Produz uma média de 400 sacas de farinha de mandioca por ano.

Ao lado da força de trabalho familiar, o uso da energia hidráulica, através da roda d'água, é apontado por Arnaldo Forbes como responsável pelo funcionamento de seu engenho nos dias atuais:

“Principalmente, tem que diminuir as despesas, porque, vamos supor, se o engenho funcionar à água, quanta energia eu economizo só com o forno? Se eu fornecesse a farinha com energia elétrica eu também não poderia mais trabalhar, porque dá muita despesa”¹⁶².

Em função disto, o Sr. Forbes vê a preservação da mata nativa da região como uma condição vital para que sejam mantidas as fontes de água que movimentam seu engenho.

¹⁶² FORBES, Arnaldo (70). Entrevistado em 16 mar. 1996. Limeira, Brusque, SC.

9.2. O engenho de Teodorico Lana

O engenho mais antigo de Limeira, pertencente atualmente a Teodorico Laci Lana. Produz anualmente uma média de 200 sacas de farinha.

Construído pelo imigrante Henrique Dallago, por volta da última década do século XIX, este engenho ainda funciona integralmente movido por uma roda d'água. Sua característica distintiva é que não utiliza correias de couro como mecanismo de transmissão, mas o chamado "mastro". Através deste mecanismo, a força motriz gerada pela roda d'água é transmitida às máquinas por meio de um eixo ou "mastro" de madeira com uma engrenagem dentada na ponta.

Neste engenho, a farinha é produzida sob regime de trabalho familiar, como no de Arnaldo Forbes, o que o viabiliza economicamente.

Além de representar uma fonte de renda para a família, o engenho é mantido como "lugar de memória", não apenas da família Lana, mas também da comunidade como um todo:

“É importante manter o engenho funcionando prá que os novos, vejam como era feita a farinha pelos antigos. Nossos avós, bisavós, trabalharam neste engenho. Manter o engenho é uma maneira de guardar a lembrança deles. Meu bisavô veio da Itália, chamava-se João Lana.

“As crianças da escola vieram visitar o engenho um dia desses. Isso é bom, assim eles aprendem como que os antigos, os antepassados, faziam a farinha”¹⁶³.

¹⁶³ LANA, Juarez (31). Entrevistado em 23 jun. 1996. Limeira, Brusque, SC.

10. ENGENHO E TURISMO

O engenho das famílias Dallago-Benvenuti converteu-se nos últimos anos em atração turística, com a criação da “Festa Nacional da Farinha” – FENARINHA – que se realiza desde 1995, no mês de abril.

A iniciativa de criar a festa partiu de Nelson Dallago, filho da proprietária do engenho, Rosa Benvenuti Dallago. Segundo Nelson, a exploração turística do antigo engenho da família, que há 20 anos estava desativado, foi uma maneira encontrada para viabilizar a manutenção do engenho. Foi também uma forma de reunir parentes e amigos que há muito tempo não se encontravam.

O engenho, quando está desativado se deteriora rapidamente e a restauração é dispendiosa. A criação da festa foi uma alternativa para evitar sua inutilização completa, pois os recursos gerados com o turismo possibilitam sua manutenção.



Figura 13: Engenho Dallago-Benvenutti durante a Festa da Farinha. 13 abr. 1996.
Fonte: do autor.

“É o seguinte: a gente, pensando em preservar aquelas coisas dos nossos antigos, resolveu dar uma ajeitada nesse engenho e criar a festa, a qual colocamos o nome FENARINHA – Festa Nacional da Farinha”¹⁶⁴.

A criação desta festa evidencia o caráter de lugar de memória do engenho. O turista presencia a produção da farinha de mandioca “in loco”,

¹⁶⁴ DALLAGO, Nelson (35). Entrevistado em 13 abr. 1996. Limeira, Brusque, SC.

podendo comprar a farinha produzida na hora. Moradores locais e membros da família explicam o funcionamento do engenho e falam do passado:

“Sinto um prazer muito grande de relembrar quando eu era criança, trabalhava nisso. Depois de tantos anos sem ver mais. Então relembro tudo de novo. Prá mim é uma façanha ver esse engenho funcionando todo certinho. A gente olha e relembra daquele tempo antigo. Ah! Quanto eu fiz isso aí!”¹⁶⁵

É visível, no entanto, que a FENARINHA constitui a expressão local de um contexto mais amplo, caracterizado pelo surgimento em todo o Estado de Santa Catarina de:

“(...) festas que se utilizam dos costumes locais – uma espécie de reciclagem, ou melhor dizendo, uma espécie de bricolage – para mercantilizá-los na forma de espetáculos ou produtos de consumo”¹⁶⁶.

¹⁶⁵ MARTINS, Norico (70). Entrevistado em 12 abr. 1997. Limeira, Brusque, SC.

¹⁶⁶ FLORES, M. B. R., WOLF, C. S. e CZESNAT, L.. O grande teatro público: Oktoberfest. *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, n. 3, p. 20, 1995.

A FENARINHA é uma festa que se utiliza dos costumes locais. Não é apenas o engenho enquanto tal que atrai os visitantes. O que o torna um autêntico lugar de memória é a presença dos habitantes locais, o povo de Limeira, que lhe confere significados. São eles que contam suas memórias, suas angústias, alegrias, esperanças. Alguns são capazes de evocar uma história para cada peça que compõe o engenho. Isto acontece, porque, como nos alertou o antropólogo Clifford Geertz, os atos culturais são públicos, pertencem a todos os indivíduos que partilham aquela cultura¹⁶⁷.

A produção da farinha de mandioca durante a FENARINHA, no engenho Dallago-Benvenutti, é completamente diferente da produção normal de farinha. Na festa, o ato de fazer farinha ganha um caráter teatral, é uma apresentação pública, uma demonstração. E os atores são os habitantes locais, que trabalham no engenho como demonstração aos visitantes de como se produzia a farinha no passado.

Seria aconselhável, portanto, que os proprietários do engenho restituíssem a comunidade de alguma forma pelo uso da cultura local enquanto produto de consumo. Uma sugestão seria a formação de uma biblioteca pública na comunidade ou auxílio financeiro para a manutenção

¹⁶⁷ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 105.

de grupos folclóricos, como o boi-de-mamão liderado por Teodorico Lana. Estes grupos poderiam, inclusive, apresentar-se durante a festa. Ou quem sabe se poderia pensar no incentivo a um grupo de dança de ratoeira através da escola local? As crianças poderiam aprender com os mais velhos e as roupas seriam pagas pelos patrocinadores da festa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Referimo-nos no início desta dissertação ao discurso excludente da historiografia regional no que diz respeito à contribuição dos imigrantes italianos ao desenvolvimento da Colônia Brusque.

A história de Limeira, através de seus engenhos de farinha de mandioca, nos dá conta de que, apesar do excesso de discursos oficiais, o tempo não conseguiu apagar as memórias dos excluídos, das minorias, dos marginalizados, as “memórias subterrâneas” das quais falou Michael Pollak¹⁶⁸.

Foi incursionando pelas “subterrâneas memórias” dos limeirenses que pudemos lançar novos olhares à história da Colônia Brusque. A subversão dos discursos hegemônicos sobre a colonização de Brusque, marcados pela exaltação da “ação empreendedora”¹⁶⁹ do imigrante alemão na indústria, ou no comércio¹⁷⁰, enseja novos questionamentos à historiografia regional.

O principal destes questionamentos diz respeito ao enquadramento da memória coletiva enquanto justificção de uma pretensa

¹⁶⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 4, 1989.

¹⁶⁹ HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: FURB, 1987. p. 86.

¹⁷⁰ SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto alegre: Movimento, 1974. p. 112.

“inferioridade”¹⁷¹ dos colonizadores italianos e brasileiros diante dos alemães. A superioridade étnica alemã explicaria, pois, a prosperidade econômica da Colônia Brusque enquanto um traço desvinculado de “certas condições” históricas da Colônia.

As condições às quais aludimos foram a completa dependência dos imigrantes italianos frente aos alemães, que dominavam o aparelho administrativo da Colônia, o comércio e as terras agricultáveis.

Intensa exploração econômica foi possibilitada por esta “dependência colonial”, sendo o principal móvel da acumulação de capitais na Colônia Brusque, que na última década do século XIX veria surgir a indústria têxtil.

A eficácia da dependência colonial pode ser notada na ausência de progresso econômico das colônias alemãs onde tamanha exploração não foi possível: São Pedro de Alcântara, São Martinho, Pomerode, entre outras. Que teria havido aí com o “espírito capitalista”¹⁷²?

A base fundamental da dependência colonial eram os engenhos, indústrias manufatureiras domésticas responsáveis pela maior parte dos excedentes produzidos pelas pequenas unidades produtoras familiares: as colônias. Ao contrário do que se pensa atualmente, eles não eram

¹⁷¹ HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: FURB, 1987. p. 153.

¹⁷² *Ibidem*, p. 86.

“máquinas rudimentares”¹⁷³ no final do século XIX. Não podemos avaliar sua importância econômica apenas pelas impressões atuais. Eles representaram uma “produtividade revolucionária para a época”¹⁷⁴, disse Vilson Farias, referindo-se aos engenhos do litoral catarinense.

A fragilidade aparente dos engenhos nos dias atuais é uma construção de indivíduos que vivem a era da informática. Sua avaliação histórica merece, no entanto, que interpretemos sua importância no seu contexto histórico.

O desenvolvimento da industrialização em Brusque no início do século XX confinou-os à periferia do município, onde alguns ainda podem ser vistos em funcionamento nos dias atuais. Constituem hoje “lugares de memória” de comunidades rurais como Limeira, capazes de suscitar memórias relativas aos mais variados aspectos da vida cotidiana local. A interpretação de seus significados históricos possibilitou-nos dar visibilidade a personagens até então desconhecidos, como o casal de imigrantes Ângelo e Ema Noldin, revelando sua importância para o conhecimento da história dos excluídos.

¹⁷³ BERRI, Aléssio. *Imigrantes italianos criadores de riquezas*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1993. p. 62.

¹⁷⁴ FARIAS, Vilson Francisco de. *Dos Açores ao Brasil Meridional, uma viagem no tempo*. Florianópolis: do Autor, 1998. p. 327.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, M. e CARDOSO, E. M.. *A Mandioca no Trópico Úmido*. Brasília: Brasília, 1980.
- ALVIN, Zuleika M. F.. *Brava gente*. Os italianos em São Paulo. 1870-1920. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *Revista de História*, São Paulo, v. 14, 1995.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERRI, Aléssio. *A igreja na colonização italiana no Médio Vale do Itajaí*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988.
- _____. *Imigrantes italianos criadores de riquezas*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1993.
- BOITEUX, H. C. *Nova Trento*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1929;
- BOLLÈME, Geneviève. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BONOMINI, P. L.. *Pequena história de Botuverá*. Brusque: [s.n.], 1976.
- BORTOLOTTI, Zulmar, *História de Nova Veneza*. Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1992.
- BURKE, P. (org.). *A Escrita da História*. Novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1992.
- BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense*, das origens à integração no desenvolvimento brasileiro. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Brusque*. Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1958.
- CABRAL, O. R.. *História de Santa Catarina*. v. 1. Curitiba: Paraná Cultural, 1970.
- CADORIN, Jonas. *Nova Trento outra vez*. Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [19—].
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- COSTA, Rovílio. *Valores da imigração italiana cem anos após*: Estudos. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979.

- CUNHA, Idauro José. *Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- DALL'ALBA, João Leonir. *Imigração italiana em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1983.
- DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- DERETTI, Miguel. *Luís Alves nos apontamentos de Miguel Deretti*. Joinville: [s.n.], 1996.
- FARIAS, Vilson Francisco de. *Dos Açores ao Brasil Meridional*. Uma viagem no tempo. Florianópolis: Do autor, 1998.
- FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FLORES, M.B.R.. *Teatros da vida, cenários da história*. A Farra do Boi e outras festas da Ilha de Santa Catarina - leitura e interpretação - Tese (Doutorado em História). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.
- FLORES, M. B. R., WOLF, C.S. e CZESNAT, L. O. O grande teatro público: Oktoberfest. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 3.
- FURLAN, Oswaldo Antônio. *Brava e buona gente*. Cem anos no Brasil. Florianópolis: Do autor, 1997. p. 43.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GODELIER, Maurice. *Antropologia, ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1971.
- GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou Morrer: camponeses trentinos (Vênetos e Lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: UFSC, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 34.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: FURB, 1987.
- HOBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração e ideologia: reação e imigração (1850-1875)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- LE GOFF, Jacques. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco

- Alves, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *Memória e história*. Campinas: Unicamp, 1992. p. 29.
- LEFEBVE, Maurice-Jean. Apud. LEITE, L.C.M.. *O Foco Narrativo*. São Paulo: Ática, 1985.
- LEVI, G.. Sobre a micro-história. In: BURKE, P.. *A escrita da história: novas perspectivas*. 2. ed.. São Paulo: UNESP, 1992.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- MARQUES, Agenor Neves. *História de Urussanga*. Urussanga: Prefeitura Municipal, [s.d.].
- MARX, Karl. *O Capital*. l. 1, v. 1. São Paulo: DIFEL, 1987.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 55-65, 1992.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 28 dez. 1993.
- PEREIRA, Nereu do Vale. *Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina*. Etnografia catarinense. Florianópolis: Fundação Cultural Açorianista, 1992.
- PIAZZA, W. F.. *Nova Trento*. Florianópolis: [s.n.], 1950.
- _____. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Lunardelli, 1983.
- _____. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994.
- ROUVER, Vanderlei. *Canelinha do Tijucas Grande*. Canelinha: Prefeitura Municipal, 1988.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 199-.
- SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Trentinos em Santa Catarina: a evolução econômica de Nova Trento, 1875-1960*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.
- SANTOS, Rosely Isabel Correa. *Colonização Italiana no Vale do Itajaí-mirim*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1979.

- SANTOS, Rosely Isabel Correa dos. *A terra prometida*. Tese e antítese: os jornais do norte da Itália e a imigração para o Brasil (1875-1899). Dissertação (Pós-graduação em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de Método: O problema das mediações e das disciplinas auxiliares*. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 3. ed.. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- _____. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990.
- SILVA, José Bento Rosa da. *Negras Memórias*. Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí, 1996.
- SILVA, José Ferreira. *História de Blumenau*. Florianópolis: EDEME, 1972.
- SILVA, Zedar Perfeito. *O Vale do Itajaí: documentário da vida real*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954.
- STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992.
- THOMÉ, Nilson. *História da imigração italiana em Caçador*. Caçador: Universidade do Contestado, 1993.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*, história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 41.
- USHER, Abbot Payson. *Uma História das Invenções Mecânicas*. Campinas: Papyrus, 1993.

ARQUIVOS

Arquivo da Sociedade Amigos de Brusque. Brusque, SC.

ENTREVISTAS

Entrevistas realizadas com moradores da comunidade de Limeira, Brusque, SC:

- Adelaide Dallago*, 72 anos, entrevista concedida ao autor em 13 abr. 1996.
- Alvina Noldin Torresani*, 82 anos, entrevista concedida ao autor em 9 mar. 1996 e 27 maio 1996.
- Alex Sandro Floriano*, 12 anos, entrevista concedida ao autor em 13 abr. 1996.

- Ana Rosa Pretti*, 22 anos, entrevista concedida ao autor em 11 jun. 1996.
- Antonio Pradela*, 72 anos, entrevista concedida ao autor em 9 mar. 1996.
- Arnaldo Forbes*, 70 anos, entrevista concedida ao autor em 16 mar. 1996 e 27 maio 1996.
- Bento Joanini*, entrevista concedida em 12 mar. 1996.
- Dalério Caviquiolli*, 93 anos, entrevista concedida ao autor em 9 mar. 1996 e 13 abr. 1996.
- Débora Micheli Bertolini*, 12 anos, entrevista concedida ao autor em 11 jun. 1996.
- Germano José Benvenuto*, 82 anos, entrevista concedida ao autor em 13 abr. 1996.
- Ida Bertolini*, 72 anos, entrevista concedida ao autor em 11 jun. 1996.
- Ilda Bertolini*, 58 anos, entrevista concedida ao autor em 14 jun. 1996.
- Ilda Pretti Forbes*, 60 anos, entrevista concedida ao autor em 16 mar. 1996 e 13 abr. 1996.
- Ivanilde Benvenuto*, 50 anos, entrevista concedida ao autor em 13 abr. 1996.
- Juarez Lana*, 31 anos, entrevista concedida em 23 jun. 1996.
- Lina da Glória Montibeller*, 25 anos, entrevista concedida em 14 jun. 1996.
- Luíza Fusão*, 66 anos, entrevista concedida ao autor em 27 maio 1996.
- Maria Regina Dallago*, 38 anos, entrevista concedida ao autor em 13 abr. 1996.
- Mário Bertolini*, 72 anos, entrevista concedida ao autor em 11 jun. 1996.
- Mário Bertolini*, 72 anos, entrevista concedida ao autor em 11 jun. 1996.
- Martinha Mafezzoli Torresani*, 58 anos, entrevista concedida ao autor em 27 maio 1996.
- Martinhano Bertolini*, 64 anos, entrevista concedida ao autor em 22 maio 1996 e 14 jun. 1996.
- Nelson Dallago*, 42 anos, entrevista concedida ao autor em 13 abr. 1996.
- Norico Martins*, 70 anos, entrevista concedida em 12 abr. 1997.
- Orlando Pretti*, 62 anos, entrevista concedida ao autor em 11 jun. 1996.
- Oswaldo Fusão*, 78 anos, entrevista concedida ao autor em 20 jun. 1996.
- Oswaldo Zen*, 65 anos, entrevista concedida ao autor em 22 maio 1996.
- Otilia Caviquiolli*, 43 anos, entrevista concedida ao autor em 22 maio 1996.
- Paulo Torresani*, 62 anos, entrevista concedida ao autor em 22 maio 1996.
- Pedro Lombardi*, 75 anos, entrevista concedida ao autor em 22 maio 1996.
- Sérgio Dallago*, 30 anos, entrevista concedida ao autor em 13 abr. 1996.
- Victor Bertolini*, 70 anos, entrevista concedida a Honório Bertolini em 17 maio 1996.